

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

CAMPUS-GARANHUNS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM CULTURAS
AFRICANAS, DA DIÁSPORA, E DOS POVOS INDÍGENAS**

**NO SOM DO MARACÁ E NO DESPERTAR DA HISTÓRIA: O Toré como
autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios-AL**

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS

GARANHUNS-PERNAMBUCO, 2020

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS

NO SOM DO MARACÁ E NO DESPERTAR DA HISTÓRIA: O Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios-AL

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas na Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Garanhuns.

Linha de pesquisa: Etnicidade e Processos Identitários

Orientador: Prof. Dr: Ricardo José Lima Bezerra

GARANHUNS-PERNAMBUCO, 2020

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Prof. Newton Sucupira
Faculdade de Formação de Professores de Pernambuco – FFPG/UPE

S237s Santos, Maria Aparecida Oliveira dos
No som do maracá e no despertar da história: o Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios-AL / Maria Aparecida Oliveira dos Santos, Garanhuns, 2020.

92 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Lima Bezerra.

Dissertação (Mestrado profissional em culturas africanas, da diáspora e dos povos indígenas) – Universidade de Pernambuco, Programa de Pós-graduação Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas - PROCADI, Garanhuns, 2020.

1 CULTURA INDÍGENA. 2 TORÉ 3 INVISIBILIDADE I. Bezerra, Ricardo José Lima (orient.) II. Título.

CDD 23th ed. – 306.089
José Heládio Costa Dias – CRB-4/2256

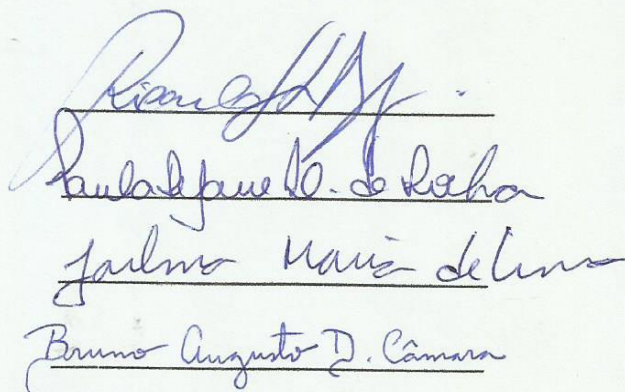
ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM CULTURAS AFRICANAS, DA DIÁSPORA, E DOS POVOS INDÍGENAS - PROCADI, DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, PARA JULGAMENTO DA PROVA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CULTURAS AFRICANAS, DA DIÁSPORA, E DOS POVOS INDÍGENAS, PELA MESTRANDA **MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS**. Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às nove horas, em sessão pública, na Universidade de Pernambuco – *Campus Garanhuns*, na presença da Banca Examinadora presidida pelo Prof. Dr. **RICARDO JOSÉ LIMA BEZERRA** – orientador – e composta pelos(as) docentes: Prof^ª. Dr^ª. **PAULA REJANE LISBOA DA ROCHA** (UFRPE), Prof^ª. Dr^ª. **JAILMA MARIA LIMA** (UFRN), e Prof. Dr. **BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA** (UPE); tiveram início os trabalhos de julgamento da Prova de Dissertação de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas, pela mestranda **MARIA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS**. Os examinadores, observando o tempo regulamentar, arguiram a candidata sobre a dissertação que a mesma havia apresentado, intitulada *No som do maracá e no despertar da história: o Toré como autoafirmação cultural do povo Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios – AL.*, tendo a candidata procurado explicar e/ou rebater as críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da prova de Dissertação de Mestrado, foi suspensa a sessão pública e em sessão secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a sessão pública, foram anunciados os resultados: Prof^ª. Dr^ª. **PAULA REJANE LISBOA DA ROCHA**, Aprovada; Prof^ª. Dr^ª. **JAILMA MARIA LIMA**, Aprovada; Prof. Dr. **BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA**, Aprovada. Prof. Dr. **RICARDO JOSÉ LIMA BEZERRA**, Aprovada. Média Final: **APROVADA**, fazendo jus, ao título de Mestre em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas, de acordo com o Artigo 3º do Regimento Geral de Pós-Graduação da UPE. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos(as) Senhores(as) Membros da Comissão Examinadora. Programa de Pós-Graduação Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas – PROCADI – UPE, aos onze de fevereiro de 2020.

Prof. Dr. **RICARDO JOSÉ LIMA BEZERRA**

Prof^ª. Dr^ª. **PAULA REJANE LISBOA DA ROCHA**

Prof^ª. Dr^ª. **JAILMA MARIA LIMA**

Prof. Dr. **BRUNO AUGUSTO DORNELAS CÂMARA**



RICARDO JOSÉ LIMA BEZERRA
PAULA REJANE LISBOA DA ROCHA
JAILMA MARIA LIMA
BRUNO AUGUSTO D. CÂMARA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que me encorajaram nesta caminhada, a Deus primeiramente por dá o dom da vida, segundo meus pais, esposo, irmãos e familiares que de alguma forma me incentivaram a nunca desistir, mesmo nas maiores dificuldades, ao meu orientador Ricardo José Lima Bezerra e principalmente o povo Xukuru-Kariri.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. A todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica. Aos professores do curso de História da UNEAL campus III, instituição onde cursei minha graduação e que nunca me desliguei. Aos professores da UPE, cujas aulas e debates teóricos foram fundamentais para meu amadurecimento teórico.

Agradeço à minha família, irmãos, principalmente meus pais, Benedito e Terezinha, pelo imenso incentivo e esforço durante o mestrado. Ao meu esposo André Rivaldo pelo imenso amor, carinho, atenção e ajuda em todos os momentos, inclusive na elaboração desse trabalho.

Ao meu amigo e orientador Ricardo José Lima Bezerra por ter aceitado me orientar, sou grata pelas inúmeras contribuições e por ter me guiado nesta trajetória. Agradeço pela confiança, paciência, frente às minhas falhas e limitações acadêmica e pelas demonstrações de humildade e sabedoria.

Agradeço ao professor José Adelson Lopes Peixoto, meu orientador durante a graduação, por ter ajudado a pesquisar sobre a temática indígena, pelo carinho e por sempre que eu precisei estava pronto a ajudar, nunca me disse não e por ter confiado em mim a missão de pesquisar o povo Xukuru-Kariri.

Agradeço com todo carinho ao grupo de Pesquisa em História Indígena em Alagoas - GPHIAL, pela força, dedicação, os bons encontros que vivenciamos juntos e pela contribuição na elaboração desse trabalho que foi de relevância para conclusão do mesmo. Ao professor José Adelson Lopes Peixoto coordenador do grupo, pelo espaço de aprendizagem sobre a temática indígena onde proporcionou um crescimento acadêmico. As colegas Deisiane Bezerra e a Brunemberg da Silva Soares pela ajuda na elaboração deste trabalho, desde do meu projeto de pesquisa até a realização da dissertação, por terem me proporcionado livros e entre outros materiais. Amanda Maria Antero da Silva, amiga desde a graduação, mais que sempre esteve presente na minha caminhada acadêmica.

Agradeço a Lucas Emanuel Soares Gueiros, colega no mestrado, companheiro de pesquisa no GPHIAL e amigo do curso, sou grato pelo companheirismo e apoio constante neste período. Muito obrigada pela ajuda e preocupação comigo no curso. Aos demais colegas que conquistei ao longo do mestrado, meu muito obrigada pelos momentos de descontração e bons debates: Tatiane, Marcos Miliano, João Batista, Alexandre e Klébia.

Ao Povo Indígena Xukuru-Kariri, por ter proporcionado a escrita desse trabalho com muita paciência, dedicação, principalmente na pessoa de Lenoir Tibiriçá, que sempre esteve

disposto a compartilhar seus conhecimentos e permiti-los passar em diante e por ter deixado vivenciar um pouco sobre a história dos povos indígenas. De forma especial a Suyane, professora da aldeia Mata da Cafurna, por sempre está disposta a me receber em sua casa durante a pesquisa de campo, onde se dispôs a conversar comigo e a fornecer todo o material necessário para minha pesquisa.

Sou grata as minhas colegas de apartamento: Bárbara e Eduarda, pela sincera amizade que depositaram em mim. Obrigada pelo conselhos e ajuda durante o mestrado na UPE. Jamais esquecerei de vocês, terei sempre como duas irmãs.

A banca examinadora composta pelos professores Dra. Paula Rejane Lisboa da Rocha, Dra. Jailma Maria de Lima e ao Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara, agradeço por terem aceitado a examinarem este trabalho e a contribuir com seus conhecimentos, eles serão essenciais para a conclusão do trabalho.

E enfim, agradeço a Universidade de Pernambuco - UPE, a coordenação do mestrado Profissional em Culturas Africanas - PROCADI por todos os serviços prestados, bem como todo o seu corpo docente.

O canto é revelador de nossa identidade. Cantando é à nossa maneira de dizer “estamos aqui”. Sobrevivemos e nada vai nos calar! A cada canto nos tornamos mais fortes para continuar cantando nossas culturas e buscando nossos direitos para vivermos com dignidade. Durante milênios, vivemos felizes até chegarem as invasões. Vivemos 500 anos de massacres e perdas irreparáveis como a da nossa língua indígena. Resistimos e, agora, nada vai impedir de continuarmos vivendo por outros milênios, felizes e em paz. (Tânia Xukuru-Kariri)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar e discutir a prática do Toré como identidade cultural do povo Xukuru-Kariri Mata da Cafurna no Município de Palmeira dos Índios - AL, sua invisibilidade, prática e resistência, buscando responder ao problema dessa invisibilidade devido à perseguição forte colonizador. A pesquisa está embasada nos estudos bibliográficos, nas obras dos autores Reis (2000), Mota (2005), Silva (2004), Moreira, Lopes, Silva (2010), Neves (2005), Gerlic (2011), Gurnewald (2010), Arruti (1995), Gomes (2011), Herbeta (2011), Feitosa (2012), Martins (1994), Mendonça (2000), Moreau (2003), Palitot (2005), Silva (2013), Silva Junior (2007), Oliveira (2006), Bhabha (2014) e os apontamentos de Caminha (1963) para ampliar meu olhar neste estudo. Uma história permeada pelo contato com o europeu criando a necessidade de compreender e enquadrar essas sociedades com a discriminação e o preconceito, foram ignorados pela nossa história oficial e também pelas interpretações dos grandes dominantes europeus. Este contato foi letal para índios por inúmeros acontecimentos foram expulsos de seu habitat natural e também foram obrigados a fazerem migrações.

Palavras-Chaves: Cultura. Índio. Invisibilidade. Toré.

RESUME

This research aims to present and discuss the practice of Toré as a cultural identity of the Xukuru-Kariri Mata da Cafurna people in the municipality of Palmeira dos Índios - AL, their invisibility, practice and resistance, seeking to respond to the problem of this invisibility due to strong colonization persecution. The research is based on bibliographical studies, in the works of the authors Reis (2000), Mota (2005), Silva (2004), Moreira, Lopes, Silva (2010), Neves (2005), Gerlic (2011), Gurnewald (2010), Arruti (1995), Gomes (2011), Herbeta (2011), Feitosa (2012), Martins (1994), Mendonça (2000), Moreau (2003), Palitot (2005), Silva (2013), Silva Junior (2007), Oliveira (2006), Bhabha (2014) and the notes of Caminha (1963) to broaden my look in this study. A history permeated by contact with the European creating the need to understand and frame these societies with discrimination and prejudice has been ignored by our official history and also by the interpretations of the great European rulers. This contact was lethal to Indians because numerous events were expelled from the natural habitat and were also forced to migrate.

Keywords: Culture. Indian. Invisibility. Toré.

LISTAS DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: A chegada dos Europeus no Brasil.....	17
Fotografia 2: Mapa de Alagoas.....	34
Fotografia 3: Cidade de Palmeira dos Índios.....	35
Fotografia 4: Lenda que caracteriza a história de Palmeira dos Índios.....	36
Fotografia 5: Bandeira de Palmeira dos Índios.....	37
Fotografia 6: Jovens Indígenas se preparando para dançar o Toré.....	46
Fotografia 7: Índios Xukuru-Kariri dançando o Toré.....	48
Fotografia 8: Apresentação em dupla do Toré.....	48
Fotografia 9: Liderança Xukuru-Kariri.....	48
Fotografia 10: Apresentação do Toré de Buzo.....	48
Fotografia 11: Entrada para o ritual do Oricuri.....	50
Fotografia 12: Palestra do ex: pajé Xukuru-Kariri.....	55
Fotografia 13: Apresentação dos Jovens dos Xukuru-Kariri.....	55
Fotografia 14: Evento Abril Indígenas.....	55
Fotografia 15: Toré de Buzos.....	61
Fotografia 16: Toré de Chuva.....	61
Fotografia 17: Toré de Roda.....	61
Fotografia 18: Toré de Lança.....	61
Fotografia 19: O fruto de Coité.....	63
Fotografia 20: Coité com Furo.....	63
Fotografia 21: Maracá Pronto.....	63
Fotografia 22: Flauta.....	64
Fotografia 23: Índios Xukuru-Kariri com o buzo.....	64
Fotografia 24: Índio Xukuru-Kariri usando vestes e adereços tradicionais.....	65
Fotografia 25: Artesanato do Povo Xukuru-Kariri.....	65

LISTA DE SIGLAS

Sigla 1: SPI – Serviço de Proteção aos Índios.....	22
Sigla 2: SPILTIN – Serviço de proteção ao índio e Localização de Trabalhadores Nacionais.....	23
Sigla 3: MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.....	23
Sigla 4: FUNAI – Fundação Nacional do Índio SPI – Serviço de Proteção ao Índio.....	23
Sigla 5: CIMI – Conselho Indigenista Missionário.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	17
TORÉ: MUNDO ENCANTADO DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE	17
1.1 TORÉ: Ritual de Louvor e Gratidão para os Povos Indígenas	18
1.2 A Invisibilidade do Toré como Prática de Resistência.....	20
1.2.1 Limites e Fronteiras.....	24
1.3 TORÉ: Espaço de Memória e Representação Cultural.....	26
1.3.1 Patrimônio Cultural Imaterial.....	28
1.4. TORÉ: Identidade Cultural dos Povos Indígenas.....	29
CAPTULO II	32
ALDEIA INDIGENA MATA DA CAFURNA: O TORÉ A PARTIR DAS NARRATIVAS LOCAIS DOS INDIOS XUKURU-KARIRI E NOS ACERVOS DE LUIZ TORRES E IVAN BARROS	32
2.1. Formação territorial de Palmeira dos Índios-AL.....	33
2.1.2. Histórico do Município.....	35
2.2. TORÉ: Silencia para Fortalecer.....	41
2.3. TORÉ: performance e folguedo do povo Xukuru-Kariri.....	45
2.4. TORÉ: ritual sagrado no Ouricuri.....	49
CAPÍTULO III	53
TORÉ, COMO UM GRITO DE LIBERDADE ENTRE XUKURU-KARIRI - MATA DA CAFURNA	53
3.1. O Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri.....	54
3.1.1. Nossos Saberes, nossos cânticos: uma educação diferenciada indígena.....	57
3.1.2 Tipos de Toré praticados pelos Xukuru-Kariri.....	59
3.2. Pratica, Interação e Liberdade no Toré Xukuru-Kariri.....	62
3.2.1 Instrumentos musicais.....	62
3.2.2 Vestes Tradicionais.....	65
3.3. TORÉ: Formas de codificação no universo simbólico.....	67
3.3.1. Desvendando o Toré dos Xukuru-Kariri.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE	79

INTRODUÇÃO

Ao cursar a disciplina de 'História indígena' na Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Campus Palmeira dos Índios, durante os debates em sala e aulas de campo pude compreender sobre a importância da preservação das identidades indígenas do nosso país a relevância de cuidar desses artefatos históricos para não se perder no tempo. Através desse estudo podemos analisar as identidades indígenas como espaço de memória, representação cultural e ato performático que carrega um grande valor para a sociedade. A partir desses conhecimentos adquiridos, resolvi desenvolver meu trabalho sobre o ritual do Toré do povo indígena Xukuru-Kariri, na Cidade de Palmeira dos Índios/ AL, um ritual que sofreu grandes perseguições, foi discriminado pela sociedade não indígena visto como exótico e que não caracterizava a sociedade externa.

Mesmo diante de tanto sofrimento, exploração e negação da cultura indígena, esses povos conseguiram com muita resistência e determinação, mesmos às escondidas praticar o ritual do Toré, um dos rituais mais importantes para os índios do Nordeste. O Toré tem uma definição muito forte, significa laço forte de união do grupo, onde tornou-se um símbolo de identidade, religiosidade, espaço de memória, performance e que deve ser reconhecido e valorizado como identidade cultural desse grupo.

Os Xukuru-Kariri não apresentam diferenças físicas do não índio do município de Palmeira dos Índios. Falam a mesma língua, usam as mesmas vestimentas, frequentam escolas, feiras e igrejas. Em outro olhar em relação aos aspectos culturais e religiosos e o que separa as duas fronteiras.

Em algumas regiões do Brasil esta diferença se dá pela língua, mas no Nordeste o contato com o europeu propiciou a sua substituição pela língua portuguesa e não existe mais a língua como elemento fronteiro. Apenas alguns vocábulos são usados no ritual e se originam dos vocabulários pronunciados do Tupi. Por conta disso, a religião tornou-se o elemento mais próximo para agrupá-los.

Nesta visão pouco se pesquisa sobre a religião dos Xukuru-Kariri, em virtude do silêncio do índio quanto a questão que envolve Toré e Ouricuri. As poucas informações estão associadas a apresentações públicas nas aldeias e nas festividades das escolas. Em apresentação pública o Toré não tem finalidade religiosa do Toré executado no ritual fechado. Entre a comunidade Xukuru-Kariri o Toré, enquanto ritual religioso, é mantido como segredo cultural, longe do não índio. Esse segredo irá fortalecer o grupo e manter uma grande fronteira

entre a sociedade envolvente e como forma de manter seus troncos originários guardados apenas para o grupo.

O Toré foi, durante muito tempo, em Palmeira dos Índios, visto pelos políticos como manifestação folclórica, gerando uma valorização cultural na região sendo apresentado na cidade e no município em eventos cívicos. A partir da década de 1980, os Xukuru-Kariri começaram suas reivindicações em prol de seus direitos e demarcação de suas terras, gerando um conflito com o não índio.

A partir de tais reflexões, se procurou configurar os três capítulos deste Trabalho de Conclusão do mestrado a respeito da historiografia indígena como meio de valorização cultural. No capítulo I, será apresentada uma historiografia indígena a partir da invisibilidade e resistência cultural, através de uma fundamentação teórica, descortinando uma história criada pelo europeu, colocando o índio como agente ativo da própria história.

No segundo capítulo enfatizamos o Toré como folguedo ritualístico e performático, a partir das narrativas locais dos índios Xukuru-Kariri e nos acervos de Luiz Torres e Ivan Barros, ou seja, abordamos as diferenças de tal performance no ritual fechado, com cunho religioso e nas apresentações públicas como evento folclórico, apresentado aos não indígenas como forma de reconhecimento identitário.

No terceiro capítulo será discutida a prática do Toré na Comunidade Xukuru Kariri, na aldeia indígena Mata da Cafurna, abordando, brevemente, as concepções de Toré entre o grupo, a musicalidade e sua interdisciplinaridade como forma de autoafirmação para povos indígenas e a sua musicalidade como uma transmissão de conhecimento e vibração para agradecer a Tupã (Deus) pelas graças alcançadas.

Além desses capítulos, elaboramos uma sequência didática, relacionada ao tema da pesquisa, como meio de fortalecer as aulas de história na discussão da temática indígena, desmistificando as representações estereotipadas e superficiais sobre os indígenas e seu passado. Esta proposta pedagógica, além de propiciar um contato mais próximo entre docente e discente, dará suporte para os mesmos permanecerem com seus alunos na sala de aula, seja ele índio ou não índio.

Para a realização desta pesquisa teremos como fundamento os estudos bibliográficos nas obras de historiadores e antropólogos, os quais discutem sobre a história dos povos indígenas, dentre os assuntos de identidade, etnicidade, fronteiras étnicas e na discussão das manifestações culturais e ritualísticas.

Para iniciar este estudo analisamos três obras fundamentais dos autores Luiz Torres, Clóvis Antunes e Ivan Barros, um dos principais pesquisadores sobre a história dos povos

indígenas em Palmeira dos Índios – AL. Esses autores tem as seguintes obras. Luiz Torres: Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios. Clóvis Antunes: Aspectos Socio-Antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas. Ivan Barros: Palmeira dos Índios; Terra e Gente. Através destas obras conseguimos entender todo o contexto histórico e geográfico deste povo.

Na busca por referências bibliográficas que norteiem essa pesquisa, destacamos vários estudos realizados nos últimos anos, dentre os quais, alguns são específicos sobre o povo Xukuru-Kariri, como é o caso do livro *Mata da Cafurna: tradição e Cultura do Povo Xukuru-Kariri*, dos pesquisadores, Peixoto, Moreira e Silva (2008), que abordam aspectos culturais como o artesanato uma das principais fonte de renda, sua religiosidade como o ritual do Toré, e o processo de territorialização de terras indígenas. Que servira de suporte para o estudo sobre a formação do histórico da Aldeia Xukuru-Kiriri e sobre os conceitos do ritual do Toré.

Toré Regime Encantado do Índio do Nordeste, tendo como organizador Rodrigo Grunewald (2005) traz em questão a discussão de vários autores que ressaltam sobre as práticas, as codificações do Toré como o legado cultural de maior vivência sagrada para os povos indígenas do Nordeste, onde sua obra destaca a autora Mota que faz estudos sobre o Toré, a mesma enfatiza que (2005) “Neste trabalho eu penso o Toré como uma invenção grupal, como uma forma dessas sociedades se contemplarem sua existência pela fé [...]” (p.174, 2005). De acordo com a citação analisamos o Toré um fortalecedor da religião e da cultura passada a gerações.

Para realização da pesquisa recorreremos também às pesquisas teóricas e práticas, vivenciadas durante o curso de mestrado sobre cultura, identidade e trabalho de campo, entre eles, O livro de Bhabha (2014) intitulado *o Local da Cultura*, uma obra bastante discutida nos dias de hoje. Nele o autor aborda a questão de limites e fronteiras, onde a fronteira não é algo onde termina, mas sim onde começa.

Nessa visão, vale ressaltar que as culturas indígenas ganharam um novo olhar na sociedade, vista como uma identidade que tem seus valores e costumes culturais. Na visão do autor (POUTIGNAT, FERNART *apud* FRANCIS 1984, P.46) “a nação é uma etnicidade simultaneamente cultural e política, pois a cada dia participamos de uma comunidade que pratica a mesma língua, habita o mesmo território, possuem uma certa memória comum, tem os mesmos costumes”.

Na obra de José Mauricio Arruti (1995) intitulado *Morte e vida no Nordeste indígena*. A emergência étnica como fenômeno histórico regional, o autor explica que vários

grupos indígenas do Nordeste brasileiro passaram a ser tratados como extintos pelo estado e por pensadores sociais, faz uma análise desse processo histórico colocando índio como agente ativo de sua própria história. Arruti (2010), discute em seu livro intitulado *A produção da Alteridade o Toré e as conversões Missionários e Indígenas*, o ressurgimento das comunidades indígenas, que com o advento do órgão indigenista SPI, os povos indígenas passaram a reivindicar seus direitos e ir em busca de sua afirmação étnica.

Maria Cecília de Souza Minayo discute em sua obra “trabalho de campo: contexto de observação, interação e descobertas”. Enfatiza sobre a importância da presença da observação participante durante a elaboração de uma pesquisa, pois garante ao pesquisador viver o universo de seu objeto de pesquisa como: cultura, costumes, religião e hábitos alimentares, como forma de ganhar aceitação no grupo e poder realizar sua pesquisa.

Para discutir os conceitos de representações utilizo a obra do autor Roger Chartier intitulada ‘O conceito de Representações coletivas’ que discute que as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real.

Contudo, analisamos a trajetória dos povos indígenas, um movimento marcado por lutas e em especial a trajetória da comunidade Xukuru-Kariri Mata da Cafurna, grupo que sofreu no período da colonização e até hoje luta para manter sua cultura e religiosidade, principal ícone identitário para a etnia. Realizar esta pesquisa foi um enorme prazer, primeiramente por contribuir com a visibilidade dos povos indígenas de Palmeira dos Índios, desmitificar estereótipos que ainda encontramos na sociedade e criar um novo olhar sobre as identidades indígenas.

Diante do exposto acima, esta pesquisa torna-se relevante, pois tentaremos compreender os aspectos históricos e culturais do ritual Toré que contribuíram para a formação do povo Xukuru-Kariri da aldeia Mata da Cafurna, em Palmeira dos Índios-AL. Este ritual, portanto, é entendido como um dos elementos mais importantes para o sujeito se identificar, se reconhecer e sentir-se inserido neste universo simbólico, despertando na aldeia um vínculo de afeto mais forte para o pertencimento ao grupo.

I CAPITULO

TORÉ: MUNDO ENCANTADO DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE

Com a chegada dos portugueses ao território da América, à chamada Nova Terra, descortinou-se um vasto território de florestas belíssimas, habitadas por homens pardos, nus, armados com arcos e setas, criando a imagem de indivíduos sem pudor, alma ou fé, o que justificou a posterior vinda dos jesuítas para salvá-los.

Nesse diálogo historiográfico, podemos perceber a figura que o europeu criou dos nativos ao chegarem nessas terras novas; um nativo com características exóticas, manso e curioso. Tais características aparecem como fundamentais para o processo colonizador que se estabelece a seguir. Convém destacar as narrativas escritas ou visuais tendem a descrever um encantamento do nativo com o europeu; um exemplo disso pode ser observado na fotografia a seguir.

Foto1: A chegada dos Europeus no Brasil



Fonte: <http://deniseludwig.blogspot.com.br/2013/04/arte-em-pinturas-na-historia-do.html>

A imagem transmite uma ideia de muita passividade no contato. Mesmo as diferenças de vestuário, das armas que portam e das embarcações europeias, nada aparece, na cena retratada, que nos leve a pensar em invasão, imposição ou conflito. Tal discurso foi profundamente útil para o projeto de exploração da colônia (implantado a seguir) e redução do nativo à condição de informante, mão de obra e de alma a ser salva.

Nessa ótica, analisamos que esse discurso criado pelo europeu, é uma estigmatização, ou seja, um discurso inverso onde coloca o índio como ser selvagem (porém dócil) e até como

animal (pela inexistência de religião, segundo o modelo cristão). Na imagem 01 vemos que os índios não foram hostis com o europeu. O encontro na praia demonstra espanto e admiração; um choque de culturas ou exotismo do olhar, o que evoluiu para estabelecimento de laços com o conquistador. Essa imagem descreve um índio tranquilo por natureza e que soube usar a docilidade como estratégia de sobrevivência diante do inimigo.

Com o início do processo de catequização a Igreja Católica encontrou no nativo a predisposição para a conversão e isso culminou com a destruição de vários elementos das culturas indígenas, chegando inclusive a dizimar alguns povos. Nesse contexto, fatores religiosos e ritualísticos vão se configurar como imprescindíveis para a preservação da identidade e dos elementos que permitem manter viva a cultura nativa.

Por serem vistos como selvagens, pelo homem branco, muitos povos indígenas foram submetidos ao trabalho doutrinário, convertidos em mão-de-obra escrava e muitos se converteram ou se adaptaram ao Cristianismo. Essa implantação mexeu com as suas vidas e através da fé no sagrado, conseguiram lutar e permanecer com sua marca de origem e com seus rituais, elemento de maior importância para os povos indígenas que é externado (no Nordeste) publicamente na prática do Toré, dança ritualística que está presente em todo evento cultural de tais povos indígenas.

No Nordeste brasileiro, essa situação é muito visível, pois as comunidades indígenas dessa região sofreram com a extinção de seus aldeamentos e com a imposição da cultura europeia, mais do que outros povos de qualquer outra região. Os efeitos da colonização foram intensos e a religião foi à fronteira entre as duas culturas e, pode-se dizer que foi o elemento responsável pela preservação e transmissão da identidade nativa.

1.1. TORÉ: Ritual de Louvor e Gratidão para os Povos Indígenas

Os grupos indígenas do Nordeste são conhecidos pela sociedade por praticar um tipo de ritual, chamado de Toré, um ritual considerado laço forte de união do grupo, o mesmo tornou-se um símbolo de identidade, religião, cultura. Uma dança ritualística, circular marcada por fortes pisadas com o pé direito, ritmada ao som dos maracás. É elencada como marca identitária dos povos indígenas, o mesmo não é apresentado a sociedade não indígena como forma de manter sua essência. Essa interdição garante a essência desse elemento cultural que caracteriza e fortalece a sociedade indígena, tão silenciada durante anos, mas que se reconfigura para se fortalecer a cada dia.

Nessa ótica, analisamos que é o elemento cultural mais importante para esses grupos é a prática do Toré, um ato tanto político, religioso e estético e que está dentro do campo da

etnologia dos povos indígenas. É uma dança ritualística executada para agradecer por alguma graça alcançada. Pode ser realizada publicamente, recebendo uma conotação mais performática, folclórica e festiva; ou pode ser limitada ao espaço sagrado do Ouricuri, onde há interdição aos não índios. Sobre a coreografia, Peixoto enfatiza que:

Durante a coreografia, o círculo gira sempre para o lado direito para evocar as forças positivas sobre os seus participantes. As mulheres e as crianças dançam fora do círculo principal composto por homens, podendo, em alguns torés, haver formação de pares que desenvolvem um bailado diferente da dança do grupo. Nesse momento, os casais giram para frente, para trás, porém nunca para a esquerda. (PEIXOTO 2013, p.04).

Nas palavras do autor podemos observar como a dança do Toré acontece nas comunidades indígenas; é uma coreografia que tem que ter os passos certos, no sentido determinado, para não atrair forças negativas e, no ato ritualístico cada indivíduo tem seu papel na performance, havendo momentos e lugares específicos e bem definidos para as mulheres, homens e casais.

É muito significativa para os grupos indígenas, pois se trata de um ritual que foi deixado pelos antepassados, que apesar de terem sofrido com o processo de pré-colonização conseguiram manter, ressignificar e transmitir elementos dessas práticas que se configuram como elemento identitário, como tradição religiosa ou como folguedo executado em momentos de alegria para agradecer a uma dádiva recebida ou até mesmo em momentos de tristeza quando assume o papel de fonte de energia, força e unidade. Através do Toré, muitos grupos indígenas contemplam sua própria existência, situação que Clarice Mota é enfática ao afirmar que:

(...) eu passo a pensar o toré como invenção grupal, como uma forma de essas sociedades se contemplarem sua existência pela fé, não necessariamente religiosa, mas fé no grupo enquanto uma comunidade étnica oriunda das tribos pré-colonização. Percebo o toré, ao interpretar os textos nativos sobre o mesmo e suas performances, como uma tomada de consciência do grupo como algo separado, imutável e indestrutível, que é legitimado por tais performances que acreditam ter sido uma herança dos antepassados. (MOTA, 2005. p. 174).

Neste cenário, o Toré é uma prática religiosa, onde cada indivíduo adota com a consciência de não deixar esse elemento cultural acabar. Enquanto ritual, tem o poder de dar unidade ao grupo, gerando um clima de harmonia; contribui, ainda para construir laços de amizade e o sentimento de pertença étnica, elementos fundamentais para a vida em grupo.

O Toré foi considerado errado, politeísta, até instrumento de rebeldia pelos europeus. Contudo foi combatido pelo colonizador, perseguido pelos jesuítas e missionários, chegando a

ter sua prática proibida e seus praticantes perseguidos. A ótica cristã europeia colocava o Toré como escudo que dificultava a entrada da igreja e a conversão dos indígenas ao catolicismo. Contudo, com a proibição de praticar seus rituais, muitos povos indígenas preferiram ficar na invisibilidade e no silenciamento, como forma de se fortalecer e manter viva a sua cultura, evitando conflitos, perseguições, prisões e mortes e preservando os elementos que desde aquela época os diferenciava do colonizador.

1.1. A invisibilidade do Toré como prática de resistência

No século XVI o contato com o europeu e as missões católicas culminou com a destruição e a extinção de vários povos indígenas, causada por inúmeros acontecimentos, ou seja, foram expulsos de seu habitat natural, perseguidos, obrigados a fazer migrações e alguns fugiram para lugares que consideravam seguros. Esse contato com o europeu e com a igreja trouxe a invisibilidade de vários povos, o que de acordo com Moreau:

É gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos fazem tudo quanto lhes dizem. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de nosso Senhor, e nem posso achar língua que nem o saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocabulário tem. (MOREAU, 2003, p.113).

Na fala do autor podemos entender a construção da imagem que o europeu construiu e desenvolveu do índio como indivíduo sem fé e sem religião, isso justificou o desígnio das missões em salvar aqueles nativos, através dos ensinamentos religiosos, fazer com que eles incorporassem o Cristianismo e, conseqüentemente se salvassem. Esse foi o pano de fundo para justificar reduções e dominação dos colonizadores.

Nessa ótica os indígenas adotaram a passividade como estratégia de silenciamento, usufruíram de boa parte da cultura europeia, porém usando de disfarces como a invisibilidade de suas práticas e a passividade de algumas ações como estratégia para poder manterem sua cultura. Por isso, muitos fugiram índios fugiram e cruzaram os sertões em busca de refúgios e poderem permanecer com seus rituais. Um exemplo dessa fuga é o ritual do Toré que se manteve até os dias de hoje. Nessa ótica, principalmente no Nordeste brasileiro, elaboraram várias formas de sobrevivência econômica e cultural e entre elas a do silenciamento, pois de acordo com Silva Junior:

A perspectiva da invisibilidade correspondia a não deixar evidenciar a pertença a um grupo étnico, para não sofrer, ou minimizar, perseguições em nível local. Ela foi uma retração aparente dos índios, ou seja, um recuo estratégico ao enfrentamento

aberto com a sociedade envolvente. Esta invisibilidade pode ser interpretada como sendo aparente, circunstancial e momentânea, pois a elaboração e utilização dessa estratégia consideravam, além as diferenças formas de relacionamento dos índios com a sociedade envolvente, os distintos momentos desta relação. (SILVA JUNIOR 2007, p.19).

De acordo com autor, a ideia de invisibilidade era tida como estratégia para permanecer em seus locais de origem, vivendo e esboçando um relacionamento superficial com a sociedade do seu entorno. Contudo a estratégia foi muito importante assim como a fé para garantir a existência de um grupo étnico e preservar seus costumes.

No período de silenciamento dos povos indígenas, deu origem a inúmeros acontecimentos e embates com o homem branco, desencadeando perseguições, hostilizações e a afirmação de que não existiam mais índios na sociedade, um discurso europeizado que negava às comunidades indígenas e sua identidade e os colocavam como pessoas ingênuas. De acordo com Fialho e Santos:

Visto como se não tivesse voz própria, nem condições de discernimento, [...] o índio não poderia assumir sua cidadania; haveria sempre alguém mais capaz para definir o que seria o melhor para essas sociedades. Nessa perspectiva, o indígena é considerado ingênuo, primitivo e violento, nunca é visto como um ser humano pleno que busca se afirmar na sociedade nacional como autônomo. (p.191, 2017).

De acordo com a descrição, a estigmatização que o europeu criou do nativo, percebe-se um ser cheio de estereótipos, a quem foi negada a sua origem e o direito às suas terras, ou seja, tirou-lhe a concepção de pertencimento à sua região. Como afirma Melatti, “Na verdade o Brasil se formou à custa da conquista dos territórios indígenas. Antes que se formasse o Brasil, as populações já existiam no continente. As fronteiras do Brasil foram traçadas sem tomar em conta a posição das sociedades indígenas”. (NEVES, 2014, p. 44).

Nesta afirmação, observamos a presença indígena antes da formação do território brasileiro, um lugar já habitado por povos indígenas, porém as suas fronteiras foram marcadas pela presença do europeu, tirando o índio das suas terras, da sua história e levando-o a incorporar expressões culturais da Europa. Diante do cenário, imposto pelo contato da colonização, outros fatores apareceram para confirmar que através da invisibilidade, os povos indígenas passaram a lutar em prol de seu reconhecimento identitário. Porém, nesse episódio o homem branco ainda insiste em destruir a história indígena, usando como forma de destruição a extinção dos aldeamentos.

Os índios do Nordeste brasileiro, no século XIX, foram considerados misturados aos nacionais pelo governo provisório e, por isso, muitos povos tiveram seus aldeamentos

extintos, como estratégia do governo para integrá-los à sociedade para que o índio não apresentasse qualquer reivindicação de direito à terra. Era uma forma de dar-lhes a nacionalidade ao tempo em esse ato os silenciava, pois se eram iguais legalmente, não podiam reivindicar direitos diferenciados ou específicos. Era, na prática, uma forma de extingui-los.

Em 1910 com o advento da República foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que tinha como finalidade controlar e, de certa forma, atender às necessidades do desenvolvimento econômico dos povos indígenas e foi criado também por conta de constantes conflitos entre índios e a sociedade. Essa história é caracterizada pela forma de resistência e permanência dos indígenas em seus locais de aldeamentos extintos, justificando a criação e a presença do SPI.

No processo de extinção dos aldeamentos teve uma grande vantagem para o Estado, ou seja, a promessa de que não haveria mais índios para o Estado se preocupar. Essa extinção representava um processo de integração dos índios, principalmente em seus territórios, em um trabalho escravo, o que justifica o fato de muitos proprietários lutarem por aquelas terras. A adoção de estratégias de invisibilidade também aconteceu com o processo de proletarianização étnica, ou seja, depois da extinção dos aldeamentos o índio teve que fazer parte do sistema capitalista por meio de sua força de trabalho. Então, teve que continuar em seu espaço como forma de silenciamento para não perder o seu contato com a terra, como explica Silva Junior:

É da razão do sistema capitalista desapropriar todo meio de produção. Ao se desapropriar da terra, o índio perde o ponto central de sustentação material. Para sobreviver, o índio teve de lidar com interesses do capital e ser transformado em reserva de mão-de-obra. Esta é uma das formas, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade indígena em confronto com o capital; ou seja, ele estará como trabalhador e despossuído de terra. (SILVA JUNIOR, 2007 p.19-20).

De acordo com essa afirmação, o índio permaneceu em seu ambiente de trabalho como estratégia para não perder o direito à posse da terra, pois para o sistema capitalista desapropriar as terras é perdê-las; por isso os índios resistiram e padeceram com trabalho escravo para não perder suas terras. Diante desse processo, vale lembrar da história de várias etnias em busca de reconhecimento, entre elas podemos citar os Pankararu, os Kambiwá e os Xukuru-Kariri do município de Palmeira dos Índios AL, que em 1937 iniciaram uma mobilização em busca do reconhecimento e da implantação de posto do SPI na aldeia, porém tal serviço só foi instalado em 1952 na sua área. Tal instalação visava o fortalecimento das reivindicações pelo direito a terra. Como enfatiza Gomes:

(...) a presença do órgão indigenista permite que antigas queixas e conflitos fundiários de comunidades descendentes de aldeamentos indígenas extintos desde os

anos 1870 convertam-se sucessivamente, por meio de um circuito tradicional de relacionamentos intergrupais, em uma série de emergências étnicas entre 1935 e 1944 (GOMES *apud* ARRUTI, 2004: 241).

De acordo com a afirmação podemos entender a importância que os grupos indígenas atribuíam ao fato de ter um órgão ‘protetor’, o SPI, pois essa existência preconizava a garantiria direitos e mais visibilidade para os seus aldeamentos. Com o passar do tempo, os Xukuru-Kariri passaram a mostrar aspectos da sua cultura para a sociedade não indígena como forma das pessoas perceberem que esses povos possuem uma identidade que o caracteriza como índios e por isso algumas aldeias começaram a realizar apresentações da dança do Toré, aos não índios, como um símbolo identitário de suas etnias.

Além da presença do SPI temos o regulamento do SPILTIN e o MAIC também serviços em prol dos povos indígenas, O SPILTIN foi estabelecido pelo decreto 8.072 em 20 de junho de 1910 que determinava “garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios e, conjuntamente, do que neles se contiver, entrando em acordo com os governos locais, sempre que for necessário” (OLIVEIRA, 1947, p 93). Já o MAIC “buscaria junto aos governos estaduais a legalização dessas posses, a confirmação de antigas concessões de terras e a obtenção de terras devolutas para as povoações indígenas”.

Com ênfases nos processos de criação de terras indígenas existentes no diretório fundiário da FUNAI, vemos um levantamento das terras regularizadas pelo SPI, onde se encontram no quadro abaixo atribuídas por regiões, números de reservas e total de Hectares.

Áreas regularizadas pelo antigo SPI

Estados	Números de reservas	Total de hectares
Amazonas	9	5.113 há
Paraná, Santa Catarina	6	84.449 há
Mato Grosso	4	87.259 há
Mato Grosso do Sul	13	31.767 há
Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia	3	10.000 há
São Paulo, Paraná	11	29.328 há
Rio Grande do Sul	8	50. 679 há

Fonte: Oliveira Filho, 1983, p. 17.

Vale ressaltar que esta historiografia revela o reconhecimento dos índios enquanto agentes ativos no processo histórico, ou seja, usam essas estratégias para continuar com sua história e poder socializar de geração em geração. Os povos indígenas foram protagonistas dessa nossa história, grupos heroicos que até hoje resistem e buscam ser reconhecidos.

Com isso, o Toré foi se convertendo na principal marca identitária, conquistando respeito e um lugar de destaque nas aparições públicas do grupo indígena, porém, à medida em que assumia esse papel na identidade, foi se convertendo em fronteira na sociedade exterior.

1.1.1. Limites e Fronteiras

Para discutimos esse tema recorreremos de alguns autores que auxiliam nessa discussão, O livro de Bhabha (2014) intitulado *o Local da Cultura*, uma obra bastante discutida nos dias de hoje. Nele o autor aborda a questão de limites e fronteiras. Pois com a pós modernidade a sociedade compreendeu que a todo momento estamos inerentes a outras culturas e através dessa visão, Bhabha explica a importância de estarmos sempre conectados às mudanças sociais para atualizarmos nossa cultura e nossa identidade. Esta obra tem grande importância por trazer uma visão mais ampla sobre os conceitos de fronteira e limites dentro da história indígena.

A identidade Cultural nos pós-modernidade do autor Hall (2015) discute sobre a identidade cultural na modernidade tardia, dando ênfase em três período o período do sujeito do iluminismo que está baseado na concepção do indivíduo unificado e dotado das capacidades de razão, o sujeito sociólogo reflete sobre o homem do mundo moderno em um ser autônomo e autossuficiente e o sujeito moderno que assume identidades diversificadas em diferentes momentos. O mesmo também discute sobre o avanço da globalização que com a pós modernidade trouxe fatores que desencadearam a crise de identidade.

Quando falamos em limites e fronteiras são caminhos que nos separam do que não podemos participar, ou seja, quando um índio fica desaldeado, o mesmo passa a ficar de fora das atividades que acontecem na aldeia, seu desligamento não lhes dá o direito de participar dos rituais, uma vez que o mesmo é a porta de entrada para o mundo sobrenatural e o ingresso a tal mundo é reservado unicamente aos indígenas que cumprem com algumas obrigações e cuidados morais e espirituais, que está puro, usando o termo dos próprios indígenas.

Esta proibição favoreceu aos povos indígenas, pois assegurou uma preservação cultural e religiosa; a dança do Toré é uma simbologia que dá força, coragem e proteção e, por isso, os povos indígenas lutam a cada dia para que esse segredo continue guardado apenas para o seu grupo.

Vale ressaltar que o ritual do Toré que acontece no Ouricuri é um segredo revelado e externado apenas para os povos indígenas e essa invisibilidade garante aos mesmos uma

certeza que as futuras gerações irão continuar usando e transmitindo os ensinamentos entre seus descendentes. Entretanto, o Toré é uma marca identitária que os caracteriza como índios e por isso existem limites e fronteiras dentro das aldeias para continuar mantendo está cultura. O segredo, nesse caso, é a garantia da continuação étnica.

Vale ressaltar que os indígenas continuam numa vida restrita, no segredo e na união do grupo. Porém levaram o Toré em forma de cultura para além das fronteiras da aldeia, conquistando aliados, simpatizantes para melhor assegurar, reconhecimento e se auto afirmarem como índios, criando assim um recomeço em cada apresentação pública de acordo com (BHABHA, 2013, p. 19). “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”.

É através do contato com a pós modernização que esses grupos vão codificando certos ritos diante do impulso generalizante, valorizando as diferenças e objetivando não perderem seus elementos diacríticos, instituem assim, formas de transmissão do saber, invisíveis ao que não pertence ao grupo, uma maneira de projetar o futuro sem abrir mão do passado. De acordo com (STUART HALL 2015, p.12). Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque perpetuam as experiências de gerações.

É necessário que as comunidades tradicionais possam se adaptar e/ ou utilizar os recursos do presente como meios de transmitir seus saberes, em uma existência “[...] marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do presente”. (BHABHA, 2013). Nesse contexto, é salutar destacar o jogo entre estar dentro e fora de suas fronteiras ao apresentar seu sagrado sem torná-lo banal ao mundo exterior às suas fronteiras.

Adiante vale ressaltar que ao estudarmos sobre a história dos indígenas, nos convém lembrarmos que estamos falando sobre memórias, pois a mesma está associada a uma propriedade que se conserva certas informações que se pode atualizar expressões do passado ou até mesmo informações passadas. Através disso podemos perceber o ritual do Toré que para se manter vivo, os grupos indígenas, sempre se rementem ao passado e as informações dos mais velhos para continuar persistindo com seus traços culturais. Para essa discursão de memória, patrimônio e representação, analisamos algumas obras entre elas história e memória de Jaques Le Goff. Ana Luiza Martins: Fontes para o patrimônio cultural, uma construção permanente. Maria Acselrad. O Patrimônio vivo em questão: uma perspectiva comparada das experiências de registros de pessoas e grupos culturais.

1.2.TORÉ: Espaço de Memória e representação Cultural

O ritual do Toré, além de diacrítico identitário, marca performática nas aparições públicas, nas festas de ressurgimento e nos eventos festivos dentro e fora do seu espaço territorial, é o elemento que promove a união do humano com o sagrado e que se converte em fronteira com o mundo exterior. E por isso a memória está presente nesse espaço como forma de recordar o passado e continuarem resistindo nos dias de hoje, de acordo com Oliveira, *apud* Grunewald:

O Toré abre espaço para a atualização da memória, por um lado recuperando-a enquanto vigorosa adesão emocional a um passado sentido como vivo e permanente, que se alonga e estende seus braços no sentido do presente. Por outro lado, integra-se a um movimento criador, que opera seletivamente com a memória e a resgata sob a lei da contemporaneidade. (2005, p.10).

Na visão do autor e para começamos um estudo sobre a história da memória, passamos por um estudo da amnésia, pois, a mesma não é uma perturbação no indivíduo, mais sim a falta ou a perda da memória coletiva nos povos, está perturbação pode acarretar graves problemas para a identidade do grupo. Por isso a importância de os grupos étnicos usarem as memórias passadas e passarem seus conhecimentos para as futuras gerações, sempre reelaborar novas técnicas culturais como forma de não se perder no tempo. Contudo o autor Leroi-Gourhn considera a memória em três tipos: A memória específica, étnica e artificial.

[...] "memória específica" para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, de uma memória "étnica" que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória "artificial", eletrônica em sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados" (Jaques Le Goff, *apud* Leroi-Gourhn, 1990, p.368).

De acordo com a citação podemos entender a classificação de cada tipo de memória, uma interligando com a outra, porém a memória étnica é uma categoria que classifica os comportamentos nas sociedades humanas e com isso temos o ritual do Toré um cerimônia simbólica, que serve para expressar a identidade do indivíduo no grupo, ligação com o mundo sobrenatural, com o sagrado a cura, esses povos realizam esse rito para agradecer aos seus encantados pelo momento, pela alegria e nele encontram coragem para vencer o mundo fora da aldeia e por isso a importância da memória étnica como forma de reivindicação de sua cultura e uma forma de não perderem seus traços culturais.

Adiante podemos compreender que a história da memória étnica perpassa em todas as sociedades humanas e por isso analisamos essa resignação classificada como memória coletiva para os povos sem escrita, onde esses grupos tem a cumulação de práticas e elementos vivenciados na memória e nisso “O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento aparentemente histórico – a existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem”(Jaques Le Goff, 1990, p. 369). Ou seja, percebemos como se dar a formação dos grupos sem escrita, os mesmos passam a adquirir práticas de seus avós, seus antepassados e constroem seus ritos culturais e perpassa para as futuras gerações.

Vale ressaltar, sobre a memória coletiva das sociedades sem escritas, essa mais desejada por muitos pesquisadores, por esses grupos representarem conhecimentos práticas e técnicas que os fazem conhecer melhor e de fato sobre esses grupos e por tudo isso a memória coletiva está ligada em três grupos “a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa”(Jaques Le Goff, 1990, p.372). De acordo com a fala do autor entendemos que as três definições estar ligada a formação dos grupos étnicos, uma memória coletiva que se dar através dos saberes, práticas religiosas e a própria história dessas sociedades.

Outro ponto importante ao estudarmos sobre as identidades indígenas é tratar essas identidades como representações culturais, pois essa categoria dar suporte para compreendemos como se forma a construção das identidades sociais desse grupo e perceber a capacidade que os mesmos fazem para que a sociedade não indígena reconheça sua existência e que o próprio grupo se reconheça pertencente da etnia e para discuti esse conceito de representação faço uso das ideias do autor Roger Chartier.

As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais, aspiram a universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. (2005, p.149).

De acordo com as ideias do autor podemos compreender que representações são criadas como estratégias para ajudar um determinado grupo a se identificar como pertencente de uma certa etnia, expor suas ideias e objetivos frente uma causa social, os grupos se organizam e aspiram essa classificação como forma de manter viva sua identidade e os interesse do grupo.

Adiante vale ressaltar que as representações também são base da vida coletiva, pois nessa visão são entendidas como verdadeiras instituições sociais, estas representações que acontece na sociedade são categorias mentais que classifica o surgimento de uma organização social que comandam atos e define identidades. E por isso Chartier traz um duplo entendimento sobre as representações: 1 torna presente o ausente; 2 os modos de exibição da própria presença. As representações tornam presente um objeto, conceito ou pessoa ausente mediante sua substituição por uma imagem capaz de representa-lo adequadamente.

Nessa ótica, podemos analisar as práticas ritualísticas dos povos indígenas são representações matérias e imateriais que existem neste mundo encantado, e o ritual do Toré é um exemplo vivo de representação coletiva, onde a dança corporizada que entra em contato com o mundo sobrenatural e nesse ato performático recebem a força de seus encantados, e além disso fazem o uso de bebidas como a jurema, uma bebida que proporciona acesso ao mundo sobrenatural e é caracterizada como marca representativa dos povos indígenas, principalmente dos índios do Nordeste brasileiro, Marin, *apud* Chartier (2005, p.154). Explica duas condições da representação. “O conhecimento do signo como signo, e diverso da coisa significada; depois a existência de convenções partilhadas entre as comunidades que regulam a relação signo e coisa. Essas convenções abrem espaço para a incompreensão da representação”. Contudo os grupos constroem para si e para os demais signos, fazem uso dos conhecimentos dos seus antepassados para usarem e aplicarem em seu mundo para que não se perca e torne marca essencial do grupo.

1.3.1. Patrimônio Cultural imaterial

O ritual do Toré foi durante muito tempo reprimido pela sociedade não indígena, negavam seus traços culturais, foram proibidos de praticarem sua religiosidade, viveram anos de massacres e perdas irreparáveis nas suas práticas. Porém com o desenvolvimento da constituição de 1988 nos artigos 215¹, 231² o SPI e o código de ética, esses grupos ganharam força na reivindicação de seus direitos e passaram a praticar seus rituais tanto na aldeia, como em forma de apresentação cultural a sociedade externa.

¹ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no⁹ 48/2005).

² Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Por conta disso e para ser reconhecidos como marca identitária dos povos indígenas esses grupos levam além das fronteiras como forma de valorização, autoafirmação e poderem serem reconhecidos como patrimônio imaterial cultural. De acordo com artigo 216 extraído do livro da autora Ana Luiza Martins (p. 287) definia:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II- Os modos de criar, fazer e viver;

III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artísticas- culturais;

V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De acordo com artigo 216 citado pela a autora, analisamos que esse artigo está voltado para a democratização social, contemplando o estudo das minorias, ou seja, fortificando e ampliando seus espaços ritualísticos, saberes dos grupos sociais para que possam serem reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro.

1.3.TORÉ: identidade cultural dos Povos Indígenas

Durante o século XIX vários grupos indígenas ainda continuaram afirmando a sua identidade indígena e reivindicando direitos que a legislação preconiza e que a sociedade e o Estado não efetivam; os anos de silenciamento os obrigaram a aprender a viver lutando por direitos, pela vida, pelo espaço físico que lhe fora tomado e, principalmente por sua identidade que “É entendida também como construção histórica de caráter plural, dinâmico e flexível” (ALMEIDA, 2010, p.24). Esse processo não só fortaleceu o grupo, como os ensinou, na prática, o quanto a identidade é fluida e ressignificada em cada situação de contato com outras realidades.

Nessa ótica, “entendem-se, hoje, as identidades como construções fluidas e cambiáveis que constroem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem” (IDEM). De acordo com autora percebe-se como se formam as identidades de um grupo a partir de suas histórias e experiências vividas nos grupos. Porém essa ideia de identidade não era bem vista pelo estudioso Varnhagen 2000, que negava a identidade indígena pois o mesmo acreditava que os povos indígenas deveriam ter sua identidade entorno da cultura europeia.

A historiografia linear tem registrado as reivindicações dos povos indígenas pelo reconhecimento identitário e pelo respeito a sua cultura diferenciada, mas pouco tem se detido no processo que os silenciou e lhes retirou direitos e liberdade, porém, algumas vezes contribuiu para a criação de uma imagem de selvagem, bestializado e perigoso. Outras vezes, os registros escritos os afastam até da condição de humanos. Varnhagen os descreveu como

[...] uma gente nômade, que vivia em cabildas, morava em aldeias transitórias, pouco numerosas em relação à extensão do território. Violentos de patriotismo. Rodeado de feras e homens-feras não podem nele desenvolver a parte afetuosa da nossa natureza, a amizade, a gratidão, a dedicação. (VARNHAGEN, 2000, p. 35-6).

Foi a partir dessa descrição que percebe como a historiografia do século XIX construiu a imagem do índio como um ser selvagem e exótico e este não se enquadrou no modelo de sociedade que o europeu encontrou. Era uma cultura que não deveria estar presente no padrão de sociedade do colonizador, pois o seu modo de viver, suas crenças, tipo de moradia, organização familiar e social eram muito diferentes. A partir desse pensamento, desenvolveu-se uma história de negação e exclusão do nativo brasileiro, antes mesmo de conhecê-lo.

Por conta dessa imagem construída e descrita por cronistas, missionários e viajantes a historiografia registrou o indígena como um ser negado e silenciado no passado e vítima de descaso, preconceito, espoliação de bens e direitos, no presente. Produziu-se ou reproduziu-se um conhecimento superficial a partir de uma imagem distante da realidade; a sociedade atual fala de um índio que não conhece, nega a identidade que faz parte da história do Brasil e se apega a uma identidade que talvez só tenha existido nas descrições do século XVI. De acordo com Varnhagen:

Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. O presente futuro do Brasil se assentaria em um outro passado, naquele que veio do exterior para pôr fim a essa barbárie e selvageria [...]. Com a chegada do cristianismo, do rei, da cultura da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no meio da providência. (VARNHAGEN, 2000, p.36-7).

Pode-se perceber, na transcrição acima, que o autor fala de uma cultura que deve ser silenciada e que não pode fazer parte da nossa sociedade, ou seja, a história do Brasil deve estar ligada ao modelo de cultura pensado pela civilização portuguesa. A cultura nativa se contrapõe ao modelo cristão-europeu que desde o início da colonização brasileira vem sendo depreciada nos escritos de cronistas, viajantes e até de historiadores, como Varnhagen, que

defendem a ideia de denominação e até de ‘acabar’ com o que chamavam de barbárie e selvageria.

Esse contexto de negação caracterizaram a história dos povos indígenas do Brasil colonial e não foi diferente no interior de Alagoas (século XVIII em diante) com os Xukuru-Kariri que conseguiram manter a unidade étnica e cultural graças à preservação das suas crenças e rituais, mesmo em situação sincrética de trocas simbólicas com elementos das religiões europeia e africana. Tal sincretismo lhes resultou em hibridismo cultural e na modelagem de um indivíduo novo, fruto do sofrimento e da resistência.

O ritual religioso, denominado de Ouricuri, é a principal marca desse povo e de outros povos do nordeste brasileiro. A expressão Ouricuri é originária do nome de uma planta nativa da região pertencente as famílias das palmeiras, suas palhas servem para fabricar rupas e utensílios. Este ritual acontece em espaço reservado aos indígenas, porém uma pequena parte do ritual vai lentamente sendo exposto a sociedade no entorno da aldeia. Essa parte que é publicizada, caracteriza-se por um bailado circular denominado de Toré. Pode-se afirmar que o ritual fortaleceu o grupo em tempos de silenciamento e de negação e, por sua vez, serviu para criar uma caracterização identitária quem vem sendo mantida e ensinada a cada nova geração. Segundo Arruti:

A transmissão do Toré não implica no simples ensino de uma coreografia, nem se trata do "resgate" de uma *tradição*, por motivos de preservação cultural, mas fundamentalmente na transmissão de uma força de natureza mágica. "Ensinar Toré", implica na transmissão da "semente", "ensinar o caminho até os Encantados", que o grupo emergente, do seu lugar de ponta de rama, perdeu ao longo das sucessivas misturas a que foi submetido. (ARRUTI,1996, p.65).

Essa transmissão de ensinamentos aconteceu também durante o período de silenciamento dos povos indígenas (correspondente ao Período da Ditadura Militar no Brasil) quando dispersos das suas aldeias conseguiram se fortalecer com a prática do Toré que continuou sendo transmitido (às escondidas) e praticado nos fundos de quintais das residências ou nos centros das matas, longe da interdição do não índio.

Apesar dos Xukuru-Kariri terem passado por um processo histórico marcado por forte influência do colonizador, adquiriram forças e mantiveram a fé nas suas divindades consideradas sagradas e com isso, supriram o processo de invisibilidade imposta pelo preconceito gerado pelo colonizador e perpetuado pela sociedade atual.

CAPTULO II:

ALDEIA INDÍGENA MATA DA CAFURNA: O Toré a parti das narrativas locais dos Índios Xukuru-Kariri e nos acervos de Luiz Torres e Ivan Barros.

Estudar a história do povo Xukuru-Kariri é um desafio, pois desmistificar preconceitos e estereótipos existentes sobre as identidades indígenas é perceber a contribuição desse povo para a formação territorial e histórica do município, evidenciando seu protagonismo nas relações de dominação que culminaram com momentos de conflito, negação e posterior reafirmação étnica.

Durante o período de aldeamento no século XXIII em Alagoas, os não-índios usurparam as terras indígenas matando animais, destruindo matas, rios e parte do seu espaço vital, erguendo cercas, definindo limites e criando ferramentas de controle social. Por conta disso, a maioria dos espaços considerados sagrados foram profanados e privatizados no afã de edificar a cidade. Desde então, tem se registrado sofrimentos e perseguições que com o tempo foram sendo minimizadas pelos povos indígenas, graças a sua persistência na reivindicação dos seus direitos a uma legislação que assegure a prática de uma cultura específica e diferenciada, nos termos da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Diante de tanto sofrimento, exploração e negação da cultura indígena, o povo Xukuru-Kariri conseguiram com muita resistência e determinação, mesmos às escondidas praticar o ritual do Toré, um dos rituais mais importantes para os índios do Nordeste. O Toré tem uma definição muito forte, significa laço forte de união do grupo, onde se tornou um símbolo de identidade, religiosidade, e que deve ser reconhecido e valorizado como identidade cultural desse grupo.

Apesar de o Toré ser um importante diacrítico para os índios do Nordeste, pouco se tem produzido academicamente nessa seara, em virtude do silêncio do índio quanto a questões que envolvem o seu sagrado. Na aldeia, o Toré, enquanto ritual religioso é mantido como segredo cultural e fronteira pela necessidade de fortalecer o grupo e evitar que se perca o único elemento definido pelo Estado como identificador étnico.

Para conhecermos um pouco sobre a origem dessa etnia, partimos do olhar de dois autores fundamentais como Luiz Torres e Ivan Barros que discutem sobre a história dos povos indígenas em Palmeira dos Índios, desde sua chegada à região, como permanência, quais foram os motivos que trouxeram esses povos a migrarem para esse espaço alagoano. Além do mais destacam as lutas constantes por um espaço territorial junto com os fazendeiros, os comerciantes que tanto nega a presença indígena e sua identidade na região.

Esses dois autores são conhecidos na Cidade de Palmeira dos Índios como grandes precursores no trabalho indígena. Luiz Torres, não tem formação acadêmica, porém atuou em várias áreas como o jornalismo, teatro, literatura e política, o que caracterizou sua permanência na história dos povos indígenas nesta região. Já Ivan Barros é advogado, promotor público e grande proprietário de um jornal local conhecido como “tribuna do Sertão” que circula nas principais cidades alagoana.

Esses autores discutem sobre os índios na região de Palmeira dos Índios, afirmando os mesmos como primeiros habitantes da localidade. As obras realizadas por eles detectam a real presença dos povos indígenas entre elas temos a obra de Luiz Torres “A terra de Tilixi e Tixilia”, contando a história do nome Palmeira dos Índios. Essa obra é pertinente, pois nos permite um aprofundamento sobre a história dessa etnia. Ivan Barros publicou em 1969, o livro “Palmeira dos Índios, terra e gente” descrevendo sobre a chegada de Frei Domingos de São José, a criação da missão indígena e o contato do índio com o não índio desencadeando uma negação na identidade e religiosidade indígena.

Entre os dois autores, Luiz Barros Torres é o que se mais se destaca na historiografia indígena na região, por ter criado a lenda que caracteriza a Cidade, a criação da bandeira e do hino do Município. O mesmo nasceu em 04 de abril de 1926 na Cidade de Quebrangulo Alagoas. Durante sua infância viveu em Maceió (Capital do Estado). Em 1943 foi morar em Palmeira dos Índios, iniciando sua vida como escritor e jornalista. Durante o tempo em que viveu na região se dedicou selecionar documentos e recortes sobre a história de Palmeira dos Índios, por isso o mesmo é considerado um dos grandes fundadores da pesquisa histórica da atual cidade.

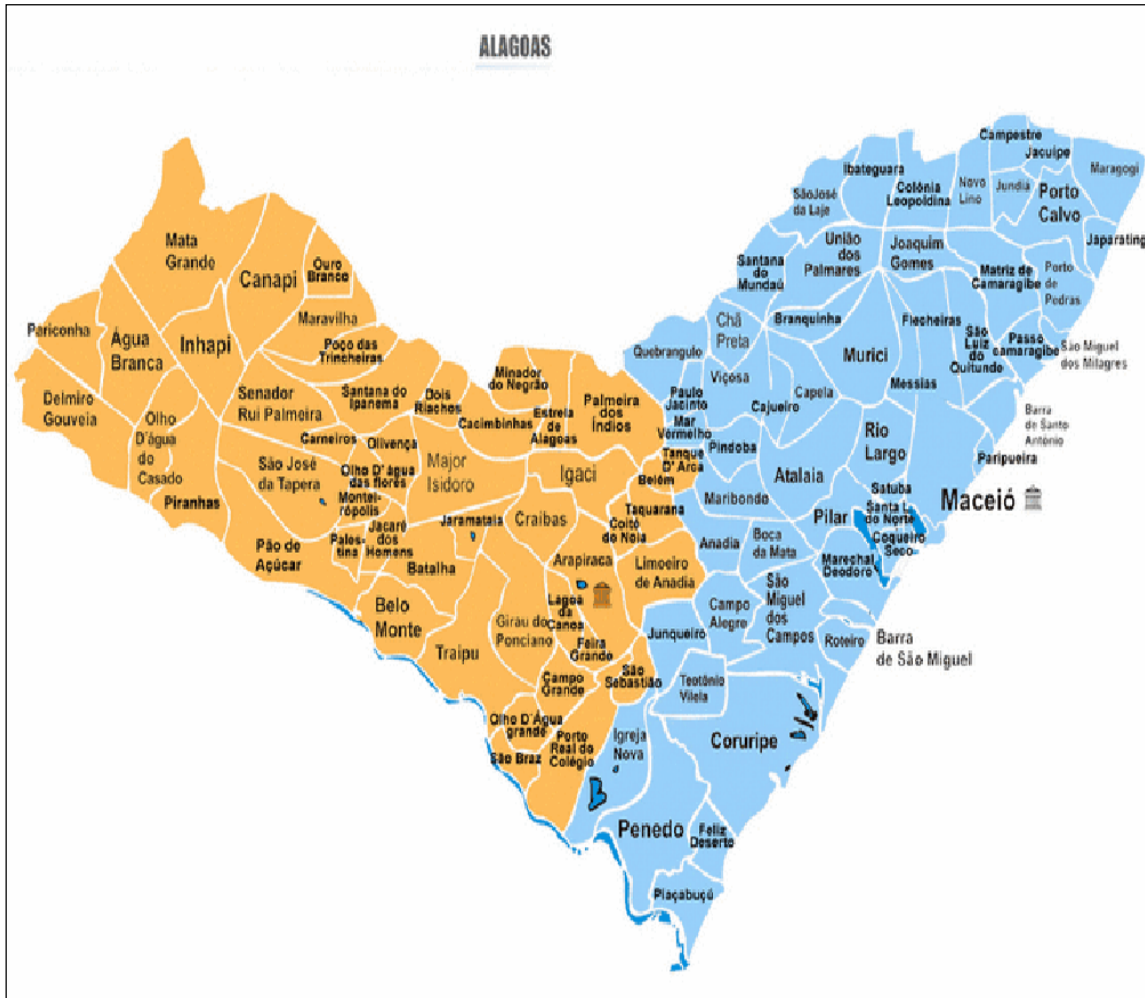
Vale ressaltar que o trabalho do autor Luiz Torres se desenvolveu em união forte com os índios, além disso, seus estudos contribuíram para uma maior visibilidade dos mesmos na região e principalmente nos seus aspectos religiosos, entre eles o ritual do Toré, principal ícone na religiosidade do Povo Xukuru-Kariri.

2.1 Formação Territorial do Município de Palmeira dos Índios – AL

A Cidade de Palmeira dos Índios está situada na mesorregião do Agreste alagoano. O território limita-se ao Norte com o Município de Bom Conselho-PE, ao Sul com os Municípios de Igaci e Belém, a Leste faz fronteiras com Quebrangulo, Paulo Jacinto, Mar Vermelho e Tanque D’ Arca enquanto que ao Oeste limita-se com Estrela de Alagoas. Na foto 02 podemos observar o mapa de alagoas com os Municípios na qual fazem fronteira, a mesma

é banhada pelos rios Coruripe e Traipu, apresentando um clima tropical semiúmido, contendo versões quentes e inverno razoavelmente frios.

Foto 2: Mapa de Alagoas



Fonte: <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/11/mapas-de-alagoas.html>.

O território possui uma localização geográfica privilegiada por ser limite entre os estados de Alagoas e Pernambuco e zona de transição entre o semiárido e o sertão; o solo é muito variado, é marcado por várias nascentes de água potável, rios temporários, açudes e barragens, que o configura como o chamado brejo de altitude. A Cidade é serras onde habitam pequenos agricultores e nove comunidades indígenas do povo Xukuru-Kariri entre elas a Mata da Cafurna, objeto deste estudo. Como podemos observar na foto abaixo.

Foto 3: Cidade de Palmeira dos Índios



Fonte: <http://www.jaenoticia.com.br/noticia/16318/>.

Na foto 03, destacamos a localização privilegiada da cidade da cidade de Palmeira dos Índios, que possui dois açudes médios e é cercada por uma rica vegetação e as serras que as cercas são habitadas por pequenos agricultores e por nove comunidades indígenas entre elas

O nome do Município foi dado em homenagem aos primeiros habitantes e à abundância de palmeiras em seus campos. Segundo (Torres, 1973, p.27) “Os indígenas formaram seu aldeamento entre o brejo chamado Cafurna e a serra da Boa Vista para se fortalecerem e ficar distante das garras do colonizador”. Mata da Cafurna segundo o dicionário Aurélio é um substantivo feminino que significa esconderijo, habitação miserável, caverna, outro significado deve-se a existência de muitos esconderijos de animais silvestres, espécies de caverna que os índios chamavam de furnas e em vários momentos utilizaram-nas como abrigo. Assim justifica-se o nome dado à Mata localizada em Palmeira dos Índios que servem de morada para os Xukuru-Kariri e como nos confirma o autor Luiz B Torres na língua indígena, quer dizer lugar santo ou mesmo santo-dos-santos.

Palmeira dos Índios enquanto Vila foi criada em 1835 através da resolução nº 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da província, José Machado. O mesmo atendia aos anseios dos moradores que acreditavam num florescimento em curto prazo, mais não previam que esse acontecimento de liberdade política traria uma série de disputas pelo poder e posse territorial, acabando como Identidade nativa da região.

2.1.2 Histórico do Município

Segundo o autor Luiz B Torres um dos grandes pesquisadores da História de indígena de Palmeira dos Índios os Kariris são oriundos da Bahia das tribos do médio e Baixo Rio São Francisco que se deslocaram para Alagoas para fugir da ameaça forte do colonizador e do

processo de escravização, e chegaram à região por volta de 1740 e os Xukurus são oriundos da Serra do Ororubá em Cimbres, atual Município de Pesqueira PE, onde se deslocaram para Alagoas devido a uma grande seca no Sertão de Pernambuco e solicitou abrigo aos Kariris em Palmeira, recebendo autorização para se fixarem na entrada da serra da Cafurna. Quando os Kariris desciam a serra a Cafurna visitavam os Xukurus e por isso tornaram-se tão influentes na região. Aos poucos se tornou costume do lugar chamar todos os índios que habitavam Palmeira dos Índios de Xukuru-Kariri.

Conhecida como a princesa do sertão por estar situada na faixa de transição entre o agreste e o sertão, Palmeira dos Índios tem sua origem explicada em torno de uma lenda sobre o amor proibido entre um casal de índios, os primos Tilixí e Tixiliá da aldeia Xukuru-Kariri. Uma história que narra um casal de índios Xukuru-Kariri. Ela, uma jovem órfã de mãe, dedicava seu tempo aos cuidados do pai que era cego. Na aldeia a jovem se destacava das demais por ser portadora de uma beleza física sem igual. Ele um jovem forte, ágil e bonito na aldeia. Nessa visão podemos observar abaixo uma imagem que retrata a história que é considerada entre muitos estudiosos entre eles Luiz Torres a lenda da fundação de Palmeira dos Índios.

Foto 4: Lenda que caracteriza a história de Palmeira dos Índios



Fonte: <http://blogdomoresi.blogspot.com/2007/04/escritora-lana-livro-de-resgate-lenda.html>

Tixiliá nutria uma paixão forte por seu primo Tilixí, mais antes de demonstrar esse amor ao primo, foi informada pelo pai sobre seu casamento com o cacique a mesma ficou

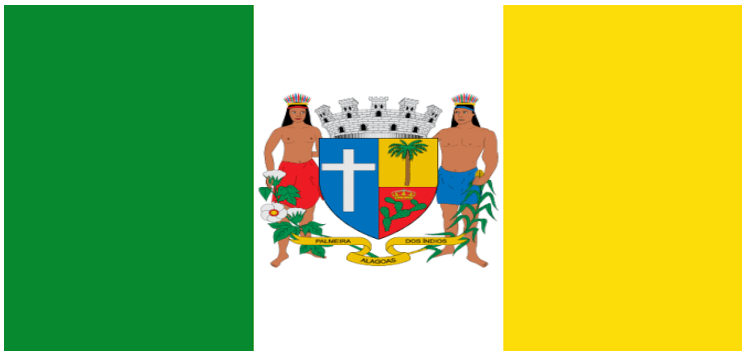
muito triste e inconformada com decisão do pai. Em uma noite muito bonita estava acontecendo um Toré na região para celebrar o fim da colheita e durante este evento os primos se encontraram e através de olhares apaixonados Tixiliá foi ao encontro do amado e lhe ofereceu bebida, Tilixí ao sentir a bebida nos lábios segurou-a pela mão e beijou sua testa.

O cacique ao ver o que estava acontecendo entre os dois primos seus olhares apaixonados e por ter visto o beijo na testa de Tixiliá, ficou inconformado, pois não admitiria nenhuma aproximação de Tixiliá com outro rapaz e principalmente Tilixi por ser considerado um rapaz belo, forte dentro da aldeia e por conta disso decidiu castigar Tilixi, ordenou castigo com a morte. O índio foi sentenciado a morrer de fome e de sede, amarrados pelos pés e mãos, deitado no solo, longe do aldeamento; o sofrimento durou quase três dias. Quem se atrevesse ajudar sofreria grandes consequências.

Tixiliá desesperada foi ao encontro do Frei Domingos de São José para Plantar uma Cruz para que dela nascesse uma palmeira e sua sombra amenizasse o sofrimento do primo. Tixiliá ao chegar ao local ajoelhou-se e pregou a cruz no chão e neste instante foi atingida por uma flecha lançada por Etafé o cacique. A índia tombou sobre seu amor e juntos exalaram o último suspiro. No dia seguinte Frei Domingos encontrou uma Palmeira ao lado dos dois. O local que serviu de abrigo para a tão bela história de amor serviu de alicerce para a edificação da cidade de Palmeira dos Índios.

Para reafirmar essa história, o autor Luiz Torres cria a Bandeira de Palmeira dos Índios, como forma de mostrar a presença indígena naquela região. Este símbolo tornou-se oficial em a lei Municipal nº 691, sancionada pelo prefeito José Duarte Marques. A imagem enfatiza elementos que caracterizam o Município e marca a narrativa acerca da fundação da Cidade. De acordo com a imagem abaixo podemos constatar a ideia passada pelo autor.

Foto 5: Bandeira de Palmeira dos Índios



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bandeira_de_Palmeira_dos_%C3%8Dndios_-_AL.svg

Nessa ótica, podemos observar que imagem é revestida de cores e representam a fertilidade da Cidade. O amarelo representa as riquezas da Cidade, o casal que segura o escudo são os índios Tilixi e Tilixi. A cruz representa a implantação da igreja católica na região. A palmeira simboliza a árvore que nasceu sobre o sangue do casal de índios. A palma representa a agropecuária, a coroa representa o título de princesa do sertão alagoano. Dessa forma Luiz Torres tenta passar a presença forte indígena da Cidade de Palmeira dos Índios e mesmo diante de tantas provas ainda a população vive a mercê do preconceito e não presença desse grupo na região.

Com a chegada dos povos indígenas Xukuru e Kariri ao povoado, supostamente na década de 1740, que depois se transformou em Palmeira dos Índios. Esses indivíduos começaram a desenvolver suas práticas culturais e religiosas e depois de um tempo, habituados com o seu novo habitat, com uma população mais fortalecida e numerosa, tornando-se visíveis e aos poucos, abrindo espaço para a chegada de Frei Domingos de São José, missionário que chegou a região no intuito de catequizá-los, iniciando o processo que culminou no processo de expropriação das suas terras e na negação da sua identidade.

Em 1770 chegou à região Frei Domingos de São José com o objetivo de converter os índios ao cristianismo. Posteriormente, em 1773, o franciscano obteve de D. Maria Pereira Gonçalves (herdeira da sesmaria de Burgos) e dos seus herdeiros a doação de meia légua de terra para o patrimônio da capela que ali foi construída, sendo consagrado ao Senhor do Bom Jesus da Morte. A escritura foi lavrada pelo tabelião Monoel Pereira da Rocha em 27 de junho de 1773 no cartório da Comarca de Garanhuns. (ANTUNES, 1965, p 11. *Apud* PEIXOTO 2013)

As terras foram doadas, conforme a escritura citada ao Frei Domingos de São José, para que o mesmo desenvolvesse um trabalho missionário de catequese indígena e para a edificação de uma capela para a povoação substituindo o nome do padroeiro Bom Jesus da Boa Morte primeiro padroeiro da região para nossa Senhora do Amparo. Está pequena vila aos poucos foi recebendo comerciantes de outras regiões e formando uma sociedade não indígena, porém na serra mais alta habitava o povo Xukuru-Kariri. Na medida em que o povoado crescia os comerciantes junto com suas famílias iam se estabelecendo e ocupando terras que não lhes pertenciam. E por conta disso o índio foi perdendo a voz e sofrendo grandes humilhações por parte da sociedade não indígena.

Através da permanência do Frei Domingos de São José os índios tiveram que conviver com ele até o momento que o rei de Portugal mandou demarcar as terras dos índios fundando as Sesmarias indígenas dentro das sesmarias dos brancos, impondo que onde houvesse 100 famílias indígenas fosse implantada uma sesmaria, o que assegurou o direito de possuírem

duas léguas de terras (TORRES, 1973, p.62-71). Mais com a república o governo considerou extintas todas as aldeias, desencadeando uma briga territorial que se estende até hoje na região.

Nessa ótica por conta disso os anos seguintes foram marcados por grandes conflitos, lutas pela posse de terras, onde acarretou na expulsão dos nativos que abriga atualmente na região de Palmeira dos Índios e por conta dessa grande guerra travada, houve a morte de muitos índios pelos posseiros e muitas casas queimadas. Por isso o Pajé Celestino e o Cacique Manoel Celestino iniciaram a **primeira** retomada em 1979 quando souberam que as terras da Mata da Cafurna estavam à venda pelo prefeito Enéias Simplício, nesta luta os índios acabaram ganhando. Com a retomada ganha os Xukuru-Kariri iniciaram a construção de casas e o povoamento letal da Mata. A **segunda** retomada aconteceu em 1986 os índios ganharam mais extensão de terras.

Adiante podemos compreender que em 1994 aconteceu a **terceira** retomada dessa vez envolvendo 154 hectares de terras. Para realizarem essas disputas os índios pintavam-se com urucum e jenipapo cores que caracterizavam o passado de guerra. Em 2002 aconteceu a **quarta** retomada, a disputa envolvia uma área que se encontrava de posse do Vereador Rui Guimarães, essa retomada não acabou tendo fruto, o vereador acabou recuperando a posse da terra.

Contudo em 23 de fevereiro de 2008 tornou-se um grande marco na história do povo Xukuru-Kariri, momento especial em que os jovens indígenas assumem o comando e promove a **quinta** retomada, onde receberam apoio de outras aldeias da região e com essa ajuda retomaram duas propriedades na entrada da Mata da Cafurna e diante desses confrontos os posseiros adquiriram mais raiva dos índios de acordo com Adelson Peixoto:

Os discursos giram em torno de questionamentos como: para que tanta terra para aqueles preguiçosos? O que vai acontecer com as famílias desapropriadas? O comércio vai resistir ao impacto de mais de 200 famílias que perderão seus bens e sua renda? É claro que existem os discursos favoráveis a demarcação, mais estes são mais tímidos na Cidade, muitas vezes limita-se ao espaço físico das Universidades. (2013 p.59).

De acordo com a ideia do autor podemos compreender que na defesa dos posseiros alegam que índios é preguiçoso, para que querem tantas terras. Esse discurso encontramos todos os dias em torno do não índio na cidade, porém essa reivindicação é um direito desses

povos de acordo com a Constituição Federal no Art. 231³. A devolução das terras é uma dívida da sociedade brasileira para com esta comunidade. (PEIXOTO, 2013, P. 59-60).

Nessa ótica, o índio foi perdendo a voz e sofrendo espoliações territoriais e grandes humilhações por parte da sociedade não indígena, passando a silenciar e a negar sua cultura como estratégias de sobrevivência, pois, mesmo reprimido e silenciado, continuou praticando seus rituais às escondidas. Assim, “Alta madrugada. O Toré, ritmo marcado em caixas de fósforos, á meia luz, nos fundos de uma casa na periferia da cidade de Palmeira dos índios, agreste alagoano, varava a noite, despercebido pela sociedade palmeirense”. (SILVA JUNIOR, 2007 p.32)

Dessa forma, o Toré passou a ser praticado em silêncio, descartando o uso de instrumentos e métodos mais elaborados, com o intuito de resguardar seus conhecimentos para transmiti-los às gerações futuras. Procurou realizar seus rituais sem fazer barulho, à meia luz, nos fundos dos quintais das casas, estratégia importante para assegurar a manutenção da fé e a existência do grupo étnico.

O Toré é para o povo Xukuru-Kariri, um ritual de fé, respeito a natureza e amor ao próximo, além de servi de alimento espiritual é saciado com os cantos e as danças do Toré. “O Toré é uma das principais formas de comunicação dos povos indígenas, tanto com Deus-Natureza quanto com a humanidade. O canto é a principal manifestação pública reveladora de nossa identidade”. (TÂNIA XUKURU-KARIRI, *apud* GERLIC, 2012, p. 19). Nesse contexto, ganha uma simbologia para o fortalecimento da identidade.

Devido ao crescimento da população o povo Xukuru-Kariri se dividiu em 9 aldeias: Aldeia Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Coité, Capela, Boqueirão e Amaro, Riacho Fundo e Jarra. De acordo com Lenoir⁴Xukuru-Kariri, 2017:

Vivemos da agricultura, artesanato e de outros trabalhos temporários na aldeia, como servente e pedreiro. Mais a cultura para nós é muito forte porque é da cultura que nós tiramos a nossa saúde. E através do artesanato a gente tira o meio de sobrevivência; aproveitamos as sementes e os pedaços de madeira, que não servem mais, para sobrevivermos melhor. É através da cultura que somos convidados a fazer parte das festas nas escolas e o mesmo nos favorece um contato com outras pessoas.

Nas palavras do índio do Povo Xukuru-Kariri percebemos como sobrevivem as famílias nas aldeias, tirando a maior parte de seu sustendo da agricultura e do artesanato

³ Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

⁴ Entrevista realizada no dia 4 de abril de 2017, às 8h 30min, na Aldeia Mata da Cafurna, em uma manhã com pancadas de chuvas, na residência do senhor Lenoir Tibiriçá.

usado como instrumento principal para se identificar como índios. Por um lado, o artesanato lhes garante sobrevivência, por outro, ajuda a criar a imagem do exótico e os caracterizando como povos indígenas. Segundo a professora Suyane Xukuru-Kariri (2019), na comunidade reside mais ou menos 600 pessoas e 150 famílias.

Diante de tanto sofrimento e perseguição os grupos indígenas da região não permitiram que seus rituais fossem expostos à sociedade ao seu entorno para não sofrer perseguições e até mesmo não quebrar o segredo e por isso até a metade do século XX o ritual do Toré não era apresentado aos não índios como forma de resguardarem sua identidade e poderem permanecer com seus rituais, prática que identifica o grupo.

2.2 TORÉ: silenciar para fortalecer

O ritual do Toré tem um significado identitário na cultura e na religiosidade dos povos indígenas, caracterizado por músicas, danças ritualísticas, ingestão de bebidas como a jurema que proporciona acesso ao mundo espiritual. Geralmente, para entoar o canto e dançar o Toré, os indígenas utilizam pinturas corporais e artefatos representativos, como o maracá, o cocá e a xanduca, instrumentos essenciais para a realização do ritual.

Esta representação é ressaltada pelos povos indígenas, como a maior vivência sagrada para a etnia; é um momento de prestarem sentimentos de louvor e gratidão para seus antepassados, que souberam usar as forças dos encantados e resguardar a cultura indígena das garras do colonizador. Diante desse cenário, o Toré passou a fazer parte de várias denominações dentro da aldeia, como no ritual do Ouricuri (espaço sagrado), em rituais no terreiro da aldeia (como a festa de pagamento de promessas).

Durante o período da colonização, muitos colonizadores invadiam as áreas indígenas tanto para usurparem suas terras e usar para benefícios próprios, ou seja, destruindo as matas, os rios e parte do seu habitat natural. Por conta disso, a maioria dos espaços sagrados e mágicos foram destruídos. De acordo com João de Páscoa, entrevistado por Arruti:

A cachoeira era um lugar sagrado onde nós ouviamos gritos de índio, cantoria de índio, berros, gritos. O encanto acabou porque o governo quer assim né... Eu acho que se o governo quisesse acabou com os índios dentro de 24 horas ele acabava. Ele não acaba por causa dos direitos Humanos, por causa do direito mundial do índio e do ser Humano, porque senão já tinha acabado. Olha, essa cachoeira, quando ela zuava, tava perto dela chover ou de um índio viajá. E a cachoeira não zuou mais, chove quando quer, sem tá... Acabou-se o encanto dela. Então esse era todo o lugar sagrado que a gente pediu pra preservar, mas... É a força maior combatendo a menor... Era uma grande cachoeira, de um grande rio, que a gente ouvia os cantos, das tribos indígenas, vários cantos de tribos indígenas cantando junto que nem numa festa. Mas hoje em dia não se vê mais nada...aquele encanto acabou. (ARRUTI, 1995 p.144)

Nesta visão, percebe-se que muitos dos locais habitados por grupos indígenas estavam no plano de ordem natural, os terreiros lugares da realização do ritual, são também considerados locais por excelência da construção humana, ambientes criados pelas mãos e pés dos povos indígenas e por isso lhes compete todo o direito pela terra e pelo cuidado de seus encantados, pois o encantado é, para eles, o guia da natureza.

É através da crença no encantamento, materializado nas divindades homenageadas e reverenciadas nos cantos e danças do ritual do Toré, com boa parte das suas práticas executada em segredo, em um espaço reservado da mata desde o período de silenciamento imposto pelo colonizador, que esse povo a utiliza como atividade diferenciada e particular, usada como elemento de reconhecimento identitário. O mesmo é conhecido e praticado simultaneamente na aldeia Mata da Cafurna, tendo seu momento público e particular, acontecendo na maioria das vezes como um pagamento de promessas ou como gratidão e reconhecimento de uma dádiva. De acordo com as pesquisas de Arruti:

Nos "Particulares" o ritual é de escala familiar, realizado dentro de casa, reunindo apenas os parentes mais próximos para fumar e beber garapa, situação em que recebem energia dos Encantados e reforçam a união da família. No Particular seriam realizadas consultas aos Encantados sobre a situação de parentes distantes, sobre acontecimentos futuros, seriam feitas consultas sobre o melhor procedimento em situações de conflito. Além disso, seriam realizadas curas, diretamente pelos Encantados, na forma dos Praiá, se eles já tivessem sido "levantados" ou através dos seus "zeladores", se eles ainda não tivessem saído das suas "sementes". (ARRUTI, 1995 p. 150).

Nessa ótica, quando o pagamento de promessa acontece em forma particular vem acompanhado de comida, garapa e fumo para os parias, que são pessoas que recebem divindades com dons, sempre em número pequeno em volta de um círculo dentro de casa e com uma forma mais cerimoniosa. Já o caráter público acontece em um espaço reservado na aldeia chamado de Ouricuri onde apenas os índios aldeados podem participar e realizam suas oferendas a seus encantados pela graça alcançada.

E por conta de tanta devoção e fé no sagrado o povo Xukuru-Kariri é conhecido por praticar o ritual conhecido como Toré, tornou-se um símbolo de identidade, religião, cultura e reivindicação. É uma dança ritualística, circular marcada por fortes pisadas com o pé direito, acompanhadas pelo som dos maracás. É elencada como marca identitária dos povos indígenas do Nordeste brasileiro, motivo pelo qual sua essência não é apresentada a pessoas não indígenas. Essa interdição se configura salutar para não vulgarizar ou perder a essência desse elemento cultural que caracteriza e fortalece a sociedade indígena, tão silenciada durante anos, mas que se reconfigura para se fortalecer a cada dia.

Nessa ótica, analisamos que o elemento cultural mais importante para esses grupos é a prática do Toré, um ato tanto político, religioso e estético e que está dentro do campo da etnologia dos povos indígenas. É uma dança ritualística executada para agradecer por alguma graça alcançada. Pode ser realizada publicamente, recebendo uma conotação mais performática, folclórica e festiva; ou pode ser limitada ao espaço sagrado do Ouricuri, onde há interdição aos não índios. Sobre a coreografia, Peixoto enfatiza que.

Durante a coreografia, o círculo gira sempre para o lado direito para evocar as forças positivas sobre os seus participantes. As mulheres e as crianças dançam fora do círculo principal composto por homens, podendo, em alguns Torés, haver formação de pares que desenvolvem um bailado diferente da dança do grupo. Nesse momento, os casais giram para frente, para trás, porém nunca para a esquerda. (PEIXOTO 2013, p.04).

Nessa descrição, observa-se como a dança do Toré se configura nas comunidades indígenas; é uma coreografia que deve conter os passos certos, no sentido determinado, para não atrair forças negativas e, no conjunto, cada indivíduo tem seu papel na performance, havendo momentos e lugares específicos e bem definidos para as mulheres, homens e casais.

É muito significativa para os grupos indígenas, pois se trata de um ritual que foi deixado pelos antepassados, que apesar de terem sofrido com o processo de pré-colonização conseguiram manter, ressignificar e transmitir elementos dessas práticas que se configuram como elemento identitário, como tradição religiosa ou como folguedo executado em momentos de alegria para agradecer a uma dádiva recebida ou até mesmo em momentos de tristeza quando assume o papel de fonte de energia, força e unidade. Através do Toré, muitos grupos indígenas contemplam sua própria existência, situação que Clarice Mota é enfática ao afirmar que:

(...) eu passo a pensar o Toré como invenção grupal, como uma forma de essas sociedades se contemplarem sua existência pela fé, não necessariamente religiosa, mas fé no grupo enquanto uma comunidade étnica oriunda das tribos pré-colonização. Percebo o Toré, ao interpretar os textos nativos sobre o mesmo e suas performances, como uma tomada de consciência do grupo como algo separado, imutável e indestrutível, que é legitimado por tais performances que acreditam ter sido uma herança dos antepassados. (MOTA, 2005. p. 174).

O Toré foi considerado errado, pecaminoso, politeísta, satânico até instrumento de rebeldia pelos europeus. Por isso, foi combatido pelo colonizador, perseguido pelos jesuítas e missionários, chegando a ter sua prática proibida e seus praticantes perseguidos. A ótica cristã europeia colocava o Toré como escudo que dificultava a entrada da igreja e a conversão dos indígenas ao catolicismo. Contudo, com a proibição de praticar seus rituais, muitos povos

indígenas preferiram ficar na invisibilidade e no silenciamento, como forma de se fortalecer e manter viva a sua cultura, evitando conflitos, perseguições, prisões e mortes e preservando os elementos que desde aquela época os diferenciava do colonizador e que, a partir da Constituição Federal de 1988, foram usados para assegurar sua saída da clandestinidade e assegurar o reconhecimento étnico e identitário.

Diante desses acontecimentos e da perseguição do colonizador, os grupos indígenas, ao se adaptarem em seus territórios formaram uma grande barreira entre a aldeia e a sociedade. Essa barreira é composta por permissões e proibições em torno das suas práticas religiosas, performáticas e identitárias. Essa tomada de decisão trouxe mais tranquilidade quanto à manutenção do seu ritual como segredo religioso e cultural, formando assim uma identidade na qual o não índio jamais conseguiria interferir.

Esta proibição favoreceu aos povos indígenas, pois assegurou uma preservação cultural e religiosa; a dança do Toré é uma simbologia que dá força, coragem e proteção e, por isso, povos como os Xukuru-Kariri lutam a cada dia para que esse segredo continue guardado apenas para o seu grupo.

Muitos povos indígenas foram reprimidos por sua religião e por medo de castigos, os rituais passaram a ser praticados as escondidas chegando a ser totalmente secretos. O ritual do Ouricuri, ponto alto da fé indígena é aonde os Xukuru-Kariri vão a busca de paz e tranquilidade. É realizado de quinze em quinze dias e para participar os índios devem obedecer algumas regras, por exemplo, fazer jejum por vários dias, abstinência sexual e do álcool, tomar banhos de ervas; essas restrições contribuem para evitar o enfraquecimento do corpo, diminuir a atração de doenças e de males. É um evento reservado apenas para os índios que estiverem aptos, onde nenhum branco ou índio que não tenha seguido as regras pode entrar.

Ao logo do tempo, a necessidade de abrir espaços para seu reconhecimento na sociedade exterior, fez com esse povo levasse o Toré além das fronteiras como uma maneira conquistarem aliados e permanecerem firme com uma identidade, porém esse contato não prejudicaria a essência do segredo, sendo transmitido como identidade cultural dos povos indígenas, momento folclórico. Essa ideia fortalece com o desenvolvimento tecnológico e com o aumento das fronteiras culturais as etnias passaram a fazer parte da sociedade à sua volta, não transmitindo seus segredos, mas tornando sua cultura mais conhecida e se tornando mais valorizada. Nas palavras de Lenoir, (2017):

[...] é através da tecnologia que nós estamos mantendo contato com outras pessoas e hoje nossos filhos e filhas estão tendo o prazer de desfrutar do estudo que desde então não chegava aqui, tem faculdade que hoje já estão chegando né. Tem facilidade de comunicação para o bem da nossa nação, porque é através dessas amizades que buscamos dias melhores é através dessas amizades que buscamos dias melhores para nosso povo. Eu acredito ainda vê essa aldeia reflorestada no padrão que era antes sei que é difícil os animais as plantas que meus filhos não estão vendo mais e fazer esse reflorestamento para passar para nossos filhos o que nossos pais passaram para nós.

É através do contato com a modernidade que esses grupos vão se aperfeiçoando para não perderem seus descendentes e continuar com seus rituais, pois a cultura tem uma essência do passado, porém se a mesma não se adaptar a cultura presente com novos ensinamentos pode correr o risco de se perder. “Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do presente”. (BHABHA, 2013, p. 19). Contudo, é importante salientar a importância dos grupos, sempre que possível, saírem de suas fronteiras em busca de novas práticas e conhecimentos para crescer cada dia mais como grupo étnico, não para levar seu segredo mais sim torná-lo conhecido perante a sociedade além das suas fronteiras.

A comunidade indígena de Alagoas atualmente tem seus aldeamentos abertos para visitas e entrevistas, muitas das pessoas da comunidade vão para a cidade e se relacionam com outros tipos de pessoas, porém não levam além do que é permitido pelos dirigentes. Ao entrevistar um dos líderes da comunidade, perguntando por que os indígenas decidiram levar o Toré para a cidade? Ele respondeu que hoje saem da aldeia para a cidade para se apresentar aos não índios como uma forma de se autoafirmarem como povos indígenas e também as pessoas observarem que o mesmo tem uma identidade que deve ser mantida entre os grupos indígenas. Ressalta-se que esse contato não implica na quebra do segredo do grupo.

2.3. TORÉ: performance e folguedo do povo Xukuru-Kariri

O Toré é um ritual simbólico, que serve para expressar a identidade do indivíduo no grupo, pois o mesmo é a ligação com o sobrenatural, com o sagrado, com a cura; através dele se encontram para agradecer aos seus encantados pelo momento, pela alegria e é nele que encontram coragem para vencer o mundo fora da aldeia, pois os povos indígenas ainda vivem à mercê do preconceito que tanto prejudica às suas vidas. Adiante podemos confirma essa ideia na foto abaixo que retrata os índios Xukuru-Kariri levando oferendas para agradecer

pelo momento do evento. Além disso, percebem-se apenas jovens no ritual, usando indumentária, como coca, roupas de palha, pinturas corporais como símbolo de identidade. Esses índios representam a juventude indígena e uma forma da mesma passarem para as futuras gerações.

Foto 6: Jovens indígenas se preparando para dançar o ritual do Toré



Fonte: Mercoli 2019, Índia Xukuru-Kariri

O Toré como “performance cultural” dos povos indígenas é de grande importância para o grupo uma vez que eles depositam toda sua fé no sagrado e durante os festejos, ou rituais, no momento do rito, apresentam características inconscientes passando a ter performances diferentes e isso acontece de acordo com a ocasião, pois para (NEVES, 2005p.130-131) “performance é um conceito interdisciplinar que serve não apenas para o estudo de sociedade ditas complexas, mas também para as chamadas tradicionais”

Nesse contexto, o Toré apresenta várias mudanças sociais, culturais e características que lhes denominam como sociedade étnica, tomando ensinamentos que foram deixados pelos seus antepassados para perpetuarem às gerações futuras, onde através do mesmo o indivíduo passa a refletir sobre sua história e sobre o mundo como cita Tuner, 1987 *apud* Neves (2005):

O ritual é um momento importante de reflexividade do grupo, pois durante o ato performático o sujeito é capaz de refletir sobre si e sobre o mundo. Portanto, o ritual é uma performance transformadora, em que se revelam importantes classificações, categorias e contradições do processo cultural. (NEVES, 2005, p.130)

De acordo com Neves, percebe-se que através do ato performático, o indivíduo entra em contato com seus antepassados e fica mais próximo para refletir sobre seu grupo e sua

identidade e essa classificação é de suma importância para a categoria cultural dos povos indígenas.

No momento da dança do Toré percebem-se as performances como um comportamento intensificado, onde contém aspectos ritualísticos, repetições de ritmos linguísticos e que através desses movimentos procuram compreender os gestos, a fala e até o cheiro, além disso, proporciona acesso ao mundo espiritual e garante uma aproximação mais perto de Tupã (Deus), uma maneira para que possam vim seres sobrenaturais de espírito bom como enfatiza Neves.

O rito, quando visto através da performance, adquire um aspecto afetivo e, portanto, é, preciso procurar nele todos os sentidos presentes: os sons, a fala, o cheiro, etc. ou seja, o rito deixa de ser apenas cognição, na qual se ressalta a mensagem, para torna-se uma experiência multidimensional e multivocal. (NEVES, 2005, p.131).

O Toré é uma dança ritualística que acontece em três momentos; é envolvente através do seu bailado cadenciado ao som de maracás e marcado pelo batido do pé no chão, pela performance simbólica executada em forma circular, aos pares, aos grupos ou individualmente. No primeiro momento o rito acontece no Ouricuri, espaço sagrado reservado apenas para os povos indígenas, momento de cura e libertação onde o não índio não pode entrar e nem saber o que acontece. No segundo momento, ele acontece na aldeia, em forma de apresentação onde o não índio pode entrar na dança, depois do convite dos dançadores. No terceiro momento, é um folguedo em forma de brincadeira que acontece fora das aldeias em festa públicas quando se apresentam para os não índios.

Ao se apresentarem aos não índios os mesmos passam a divulgar sua marca identitária que é exposta atualmente na sociedade; é, para muitos, um dos elementos do folclore que faz parte da cultura brasileira, e ao se apresentarem fora da aldeia, não correm o risco de perder sua identidade, pois como enfatiza (MOTA, 2005, p.180) “O Toré de brincadeira é aquele que pode apresentar ao mundo de fora-os turistas e estrangeiros-, porque não implica perda do seu direito a um segredo tribal”.

As imagens a seguir foram produzidas em apresentação pública e representa um desses momentos em que a cultura é apresentada sem colocar em risco o sentido ritualístico, mas com o propósito de gerar aproximação com o público que assiste a performance. Nas fotos abaixo o povo Xukuru-Kariri participam da primeira amostra cultural dos povos indígenas, espaço de socialização, visibilidade e autoafirmação, nesse momento dançam o

Toré para os não índios, expressam sua coreografia com alegria, orgulho, como uma forma de manter viva a cultura e sua identidade.

Foto 7: Índios Xukuru-Kariri dançando o Toré



Fonte: Mendonça, 2019

Foto 8: Apresentação em dupla do Toré



fonte: Mendonça, 2019

Foto 9: Liderança Xukuru-Kariri



Fonte: Mendonça, 2019

Foto 10: Apresentação do Toré de Buzo



Fonte: Mendonça, 2019

Na foto 7 podemos ver o grupo de índios apresentando a dança do Toré, seus ritmos e performance. Na foto 8 dois jovens expõem o Toré de lança, por fazerem de outros equipamentos que são essenciais para fortalecer a dança, um dos Toré mais importantes para o povo Xukuru-kariri. Na foto 9 podemos ver uma das lideranças do grupo, explicando sobre a importância da cultura indígena e de sua manutenção na sociedade. Na foto 10 a apresentação do Toré de lança feita por um grupo maior de índios. Contudo é de grande relevância a

participação desses índios em eventos exterior, pois proporciona mais visibilidade e reconhecimento a cultura indígena.

As variações nos tipos ou modalidades do Toré, com ou sem roupa típica do indígena não tem relação com maior ou menor importância, pois como ritual, o que importa para os povos indígenas e em especial para os Xukuru-kariri é dançar e cantar com fé e devoção e sempre manter viva sua originalidade, como enfatiza Mota.

Existem duas modalidades de toré. O chamado “toré de roupa”, simples forma de lazer, que recebe este nome porque os dançarinos não têm de usar qualquer indumentária especial, podendo participar da brincadeira em trajes comuns, entretanto, há também um toré mais ritualizado, que precede o ouricuri, mas que ao contrário deste, não é secreto. Como não foi dito diversas vezes, o “toré de búzios”, como é chamada esta forma mais elaborada de dançar, “faz parte do segredo, mas não é o segredo: quando dança o toré, a gente lembra do ouricuri”. Por ser, ainda uma dança em que as pessoas se apresentam “travestidas” de índios, de acordo com o modelo criado e legitimado pela sociedade nacional. (MOTA, 2004 *apud* MATA, 2005, p.182-183).

De acordo com a citação, percebe-se a existência de dois tipos de Toré que fazem parte da vida dos povos indígenas e dos Xukuru-Kariri, em especial, onde recebem os nomes porque os índios se vestem para abrilhantar as apresentações, fazendo parte do seu mundo sagrado, chamado de Ouricuri, espaço reservado para os índios, para realizarem seus rituais e agradecer às suas divindades pelas boas coisas na aldeia.

Adiante podemos compreender a importância do ritual do Toré ser levado para a sociedade exterior, uma forma de manter viva a identidade do grupo, visto que muitas vezes a sociedade nega esse ritmo e o polariza como prática demoníaca que não caracteriza a população entrevistada. Essa prática ajuda no reconhecimento da Cidade de Palmeira dos Índios, além de maior visibilidade a esses povos.

2.4. TORÉ: ritual sagrado no Ouricuri.

O ritual cadenciado do Toré, além da apresentação na aldeia para o não índio, acontece no mundo sagrado, denominado de Ouricuri, que foi sistematicamente perseguido pelo homem branco e, por conta disso, passou a ser praticado às escondidas, antes de ser totalmente secreto; é através do “santo Ouricuri”⁵ que os índios prestam sentimentos de louvor e gratidão aos seus antepassados, pois este ritual continua sendo uma das maiores

⁵ Termo usado pelos indígenas Xukuru-Kariri

vivências sagradas para as comunidades indígenas e em especial para os Xukuru-Kariri. No ritual, recebem força e proteção individual e para a aldeia.

Foto 11: Entrada para o ritual do Ouricuri Mata da Cafurna.



Fonte: Acervo pessoal 2017

O espaço denominado de Ouricuri é um local reservado na natureza próxima a aldeia, esse espaço guarda o segredo do ritual e da forma como são tratadas as doenças. Lá, os participantes encontram a paz e a tranquilidade, por isso justificam a necessidade de mantê-lo fechado, não admitindo outros povos de fora senão o próprio índio. É a última fronteira entre as duas sociedades. Korã *apud* Moreira, Peixoto e Silva.

O Ouricuri (palavra sagrada) que não podemos revelar muita coisa, lá é onde buscamos força, alegria, amor, paz, saúde e coragem para enfrentarmos esse mundo aqui fora, frequentaram nosso Ouricuri quinzenalmente, mensalmente ou quando sentimos necessidade. Os padres ao chegar para catequizar os índios queriam nos obrigar a seguir a religião deles, mas para nós índios religião é só um rótulo, porque nosso pai Badzér não deixou religião para ninguém, nos deixou sim a nossa mãe natureza onde emite para nós força através do trovão, do ar que respiramos, da chuva que nos molha da lua que nos clareia a noite e o sol que nos ilumina. E é lá no nosso Ouricuri que nós conseguimos entrar em contato com tudo isso da natureza numa maneira especial. (MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2010, p. 51).

A fala de Nhenety Korã enaltece o grande significado do Ouricuri para os povos indígenas, é, ao mesmo tempo, evento sagrado, marca identitária e espaço de congregação dos mundos físico e espiritual. É lá que praticam os saberes de seus ancestrais e se conectam com a natureza. No Ouricuri são tratadas algumas doenças diagnosticadas como graves; males são curados por Deus através dos encantados e da força das pajelanças.

O Ouricuri, portanto, era e continua sendo o centro do universo, um espaço onde todas as coisas e criaturas ganham significados de acordo com Mota (2005, p.181) o “Ouricuri é a língua dos Kariri, onde todas as formas de comunicação e de interpretação do mundo estão

preservadas dentro do Ouricuri, que dá aos participantes um código para poder interpretar suas falas cotidianas ao compartilharem uma linguagem e um universo de significados”. Esta participação favorece um contato mais próximo como os integrantes da aldeia.

O ritual do Ouricuri ocorre quase semanalmente e no mesmo trata-se de doenças e celebram a vida e a morte. Dele, só pode participar aqueles membros que estiverem em dia com as suas obrigações, ou seja, não pode ter ingerido bebidas alcoólicas, nem ter mantido relações sexuais, antes de entrar em contato com suas divindades, pois o corpo fica frágil às doenças e outros males espirituais. Dos dias de participarem do ritual, o povo Xukuru-Kariri, deixam a aldeia onde vivem e suas práticas cotidianas, e vai para o território, considerado espaço sacralizado, conhecido como Ouricuri de acordo Clarice Novais da Mota.

[...] O Ouricuri é sagrado não só porque que os encantos naturais ali vivem, mais predominantemente por ser considerado como um território genuinamente indígena, ocupado pela presença dos nativos de séculos e séculos passados. O espaço torna possível também que um verdadeiro canal de comunicação se abra entre os poderes espirituais dos encantados e o povo na terra. As estruturas físicas são de natureza simbólica e não arquitetural, sendo qualificadas como pertencente há um tempo fixo e imutável, transcendendo medidas temporais.

Na comunidade Xukuru-Kariri o ritual do Ouricuri é o centro do universo, acontece no terreiro que fisicamente é uma espécie de clareira aberta da mata e espiritualmente é o mundo habitado por suas divindades sagradas, encantadas e invisíveis aos nossos olhos. Esse encontro entre os dois mundos se materializa em uma área particular, destinada unicamente à realização do ritual.

Vale ressaltar outra referência de grande importância no ritual do Ouricuri, o papel da jurema (*Mimosa hostilis*), planta da qual se extrai uma espécie de bebida típica de alguns povos indígenas, preparada em forma de vinho, servida no momento do ritual; para os índios que a consome, tem um papel muito complexo no ritual, uma vez que tem o poder de proporcionar o acesso ao mundo espiritual; outros povos encontram esse acesso no fumo das xanducas, dos campiôs ou cachimbos. A fumaça, assim como o chá, tem o poder de fazer a conexão entre os mundos físico e espiritual.

Diante do exposto acima, o Toré está intimamente ligado as etnogenes dos índios do Nordeste, isto é, está presente na aldeia Xukuru-Kariri, que através desse ritual passaram assumir publicamente suas identidades étnicas, reivindicando seus direitos pela união, entre eles o SPI que declara o Toré a ‘conscientização de serem índios’, e por isso o Toré entra na Aldeia Mata da Cafurna como marca identitária dos índios desta região. Nessa ótica, entendemos que esses povos estão começando a viver em outro momento de sua história e o

ritual do Toré, é o meio encontrado para obter legitimidade diante da população não indígena. Esse ritual é uma ocasião que dependendo de resultado das performances, se administram a crença pública, os interesses competitivos e os sentimentos em direção a um continuado reconhecimento de influência liderança e poder.

CAPÍTULO III

TORÉ COMO UM GRITO DE LIBERDADE ENTRE XUKURU-KARIRI DA MATA DA CAFURNA

Ao dialogarmos com a historiografia indígenas durante este trabalho, podemos compreender que os índios do Nordeste, durante o período das invasões sofreram com grandes massacres, perdas culturais e identitárias. Muitas etnias foram agrupadas pela igreja católica em aldeamentos multiétnicos, tanto para roubar as terras como para facilitar o domínio entre as aldeias do Nordeste. As relações de contato com a sociedade envolvente no período colonial e os vários processos de mudanças cultural vivenciados por esses grupos, levaram os mesmos a submissão, assimilação e confundidos com a massa da população. Diante disso esses povos integrados à colonização tornavam-se indivíduos aculturados, houveram perdas culturais, religiosas e toda a possibilidade de resistência.

Nessa direção, através de registros de sofrimentos e perseguições, houve o avanço de vários órgãos competentes para proteger e garantir seus direitos entre eles forma criados o órgão indigenista o SPI, o CIMI, e um dos órgãos mais atuais a FUNAI, com esses avanços esses grupos ganharam força se tornaram fortes na reivindicação dos seus direitos à uma cultura específica e diferenciada, nos moldes atualmente definidos pela Constituição Brasileira de 1988, podemos analisar no artigos 232⁶.

Entre as aldeias do Nordeste, se encontra o povo Xukuru-Kriri que com força e a inteligência da resistência conseguiram manter seus traços culturais aceso. Uma das principais formas de reivindicação desse grupo é através de expressões musicais como a prática do Tore, que são cantos indígenas que pulsam na comunidade. Para o povo Xukuru-Kariri, **Toré** significa **TO-som, RÉ-grito** (Lenoir, 2017)⁷ como uma manifestação cultural. Cantar o Toré é manter viva a chama da cultura, pois os cantos são canais de afirmação e de revitalização em busca de direitos coletivos da aldeia. Este rito também expressa os fenômenos naturais, com a chegada das chuvas, as colheitas, o agradecimento a Deus pela fartura e pela cura de doenças.

Nesta comunidade o Toré é a segurança que dispõem neste país ainda cheios de preconceitos e estereótipos. Neste contexto podemos dizer que os Xukuru-Kariri se

⁶ Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

⁷ Entrevista realizada em 2017 na residência do senhor Lenoir Tibiriçá, ex Pajé da aldeia Mata da Cafurna.

consideram filhos da terra, conhecedores das riquezas naturais, das verdes florestas bem conservadas e das letras das músicas que descrevem. Durante a pesquisa de campo⁸, pude analisar o respeito e a reverência que esse grupo tem em relação à natureza, devem-se ao fato de serem conscientes de que ela é a responsável pela sobrevivência alimentar e a manutenção dos seus costumes e tradições. Pois a natureza assegura-lhes a vida, através da caça, da pesca e da coleta dos frutos. Nesse sentido os Xukuru-Kariri têm a natureza o seu maior incentivo de vida para manter sua sobrevivência.

3.1. O TORÉ COMO AUTOAFIRMAÇÃO CULTURAL DO POVO XUKURU-KARIRI.

O Toré entra na história do povo Xukuru-Kariri como elemento indispensável para o reconhecimento de sua etnicidade, como diacrítico identitário muito importante no processo de demarcação de suas terras e pela manutenção de uma autonomia cultural para se afirmarem como índios. Nesse contexto, o Toré ganha uma simbologia para o fortalecimento de uma identidade. “Eu sou índio porque tenho meu ritual secreto e tenho também Toré”. (CUNHA, 2008, p. 116). Uma representatividade cultural como força do povo, que sempre demonstrou ao longo de sua história uma forma de ser reconhecido como grupo étnico de acordo com João Pacheco de Oliveira.

Definida pelos indígenas como tradição, união e brincadeira, o Toré é um fenômeno complexo, compreendendo dimensões contrastantes e possuindo uma importância crucial em suas vidas. Em certos aspectos é nele que mais perfeitamente essa coletividade se materializam transmitindo e reafirmando valores e conhecimentos. (Oliveira, p.10, 2005)

De acordo com as palavras do autor, podemos perceber que o Toré é um exercício reiterado de criatividade, onde podemos encontrar em um processo histórico de autoafirmação enquanto coletividades que reivindicam seus direitos, uma forma de divulgação e preservação de sua alma nativa, pelo orgulho de ser índio e viver coletivamente na comunidade.

Vale ressaltar que o povo Xukuru-Kariri promovem eventos dentro da própria Aldeia e além das fronteiras como forma de levar suas identidades e principalmente através da musicalidade como o Toré. Um dos principais eventos promovidos por eles são no mês de abril, onde oferecem oficinas e palestras sobre suas identidades culturais e o encontro da Juventude no mês de outubro, organizado apenas pelos jovens, onde promovem oficinas

⁸ Pesquisa de campo realizada dia 9 de novembro de 2019 na Aldeia Indígena Mata da Cafurna do povo Xukuru-Kariri às 09 horas da manhã.

partilhadas pelos próprios índios, estes eventos é aberto aos não índios. Estes eventos são caracterizados como momento de lutas, de reivindicação de seus direitos e a busca constantes por seus espaços na sociedade. Como podemos observar nas fotografias abaixo.

Foto 12: Palestra do ex Pajé Xukuru-Kariri



Fonte: Mendonça, 2019

Foto 13: Apresentação dos Jovens Xukuru-Kariri



Fonte: Mendonça, 2019

Foto 14: Evento do abril indígena



Fonte: Acervo do autor 2017

Como podemos observar nas fotografias acima, todos os índios são da comunidade Xukuru-Kariri, na foto 12 o ex pajé Lenoir Tibiriçá, em um evento no abril Indígena na escola Estadual Monsenhor Macedo na Cidade de Palmeira dos Índios, palestrando sobre a importância da manutenção das identidades indígenas, enaltecendo seu valor não apenas para os índios, mais a toda a sociedade. Na foto 13 temos a apresentação de um Toré para os índios

na mesma escola referida acima, como símbolo cultural e de autoafirmação, nela, podemos observar o entrosamento entre os participantes da dança, sentido de amor e união do grupo, ou seja, seu bailado evidencia a certeza da pertença étnica. Na foto 14 passa a imagem de um Toré de Buzo, um dos principais do grupo, por se realizar apenas em momentos ritualísticos, este evento foi realizado durante o abril indígena, e aberto aos índios como forma de propagarem suas identidades.

A história da visibilidade dos Xukuru-Kariri está intimamente ligada a Lenoir Tibiriçá, ex-pajé, oriundo da aldeia Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, que ao se casar com uma Xukuru-Kariri, passou a integrar esse grupo e, com o tempo inseriu elementos do Toré do seu povo de origem, resignificando as práticas locais e fortalecendo a noção de sagrado dentro e fora do aldeamento. Com isso, o Toré foi se convertendo na principal marca identitária, conquistando respeito e um lugar de destaque nas aparições públicas do grupo indígena de Palmeira dos Índios, porém, na medida em que assumia esse papel na identidade, foi se convertendo em fronteira no seu terreiro sagrado, no ritual denominado de Ouricuri.

Entre os Xukuru-Kariri, o Toré é praticado por pessoas de todas as faixas etárias, desde as crianças que dançam no colo dos pais aos adultos mais velhos; para os mesmos, cantar e dançar esse ritmo são manter viva a chama da cultura, é comemorar fatos históricos, é momento de cura e libertação. Seus cânticos falam de dor, de alegria, dos pássaros, das árvores, dos encantados, entre outros temas. Muitas das vezes, essa arte musical acontece nos poucos vocábulos que conhecem da língua indígena nativa, como forma de tentar manter viva essa característica da cultura nativa. É definido como algo muito particular, reservado e especial, como se observa no conceito dado por Lenoir Tibiriçá 2017: “O Toré ele é um canto, uma dança onde podemos mostrar ao branco, para nós dizer que temos assim um canto, nós somos índios”.

Além dessa visão, na Aldeia Mata da Cafurna, para haver um Toré é necessário ter um motivo de alegria. Na agricultura por exemplo, os agricultores plantam e no tempo da colheita realizam Torés como forma de agradecer a Deus pela lavoura colhida. Em uma graça alcançada, quando uma cura é realizada eles cantam para agradecer. No momento de um nascimento de uma criança existe um Toré anunciando a comunidade o mais novo membro. Contudo a música está presente em todo momento da aldeia constituindo o mundo cultural indígena, veículo expressivo e comunitário.

A musicalidade do Toré entre os Xukuru-Kariri é uma transmissão de conhecimento e vibração para agradecer a Tupã (Deus) pelas graças alcançadas, é uma forma de comunicar-se

com os demais membros do grupo, pois seus ritos têm vários significados e interpretações e as letras das músicas revelam muito mistério, como assinala Tânia Xukuru-Kariri:

Para nós, o Toré é uma das principais formas de comunicação dos povos indígenas, tanto com Deus-Natureza quanto com a humanidade. O canto é a principal manifestação pública reveladora de nossa identidade. Cantando é à nossa maneira de dizermos “estamos aqui”. Sobrevivemos e nada vai nos calar! A cada canto nos tornamos mais fortes para continuar cantando nossas culturas e buscando nossos direitos para vivermos com dignidade. Resistimos e, agora, nada vai impedir de continuarmos vivendo por outros muitos milênios, felizes e em paz! (Tânia Xukuru-Kariri, *apud* Gerlic, 2012, p. 19).

Na fala da indígena percebemos que o grupo deposita no canto do Toré às suas esperanças de fortalecimento além de ver essa manifestação como a principal forma de comunicação e reivindicação de seus direitos e reconhecimento étnico na sociedade envolvente. O contato com a música, com os mistérios e encantamentos que ela encerra os fortalece para sobreviver e não calar diante da sociedade não indígena que os marginaliza, visibiliza, silencia e retiram direitos e ameaça sua continuidade.

O Toré abrange os Xukuru-kariri em diferentes situações e festividades religiosas como as que acontecem em dezembro com a celebração do nascimento de Cristo, no período da semana santa com a celebração da morte e ressurreição, nas atividades comemorativas da identidade no abril Indígena, no mês de junho com as festas juninas. Em qualquer uma dessas festividades tem espaço para uma fogueira e uma roda de Toré, geralmente com a participação de convidados não índios. Fora destes períodos as festas são internas apenas para os Xukuru-Kariri e índios de outras etnias convidadas.

3.1.1 NOSSOS SABERES, NOSSOS CÂNTICOS: Uma educação diferenciada indígena

É importante destacar que além da arte e da religião existe uma preparação para a dança e o canto do Toré pelas crianças, papel destinado a cada família e reforçado nas escolas quem insere as letras das músicas nas atividades de alfabetização. Desse modo, as crianças já conhecendo as letras do canto do Toré, vão aprendendo a ler a escrever a partir de elementos do seu cotidiano. Aprendem, também a diferenciar o significado dos instrumentos e do vestuário a ser usado no ritual, e assumem o designo de crescer na cultura e passar os conhecimentos para as próximas gerações. De acordo com Tânia Xukuru-Kariri,

Uma das práticas do ensino diferenciado é escrever a letra do Toré conhecido por eles. Cantamos o Toré por frase, e exploramos palavras por palavras, falando sempre o nome de cada letra e cantamos sempre o som da sílaba. Dessa forma, as letras que se encontram no texto do Toré são exploradas através de frases em trabalhos de

grupo. Existem vários Torés cantados no idioma indígena, que é uma comunicação direta entre nós e Deus. Os que são cantados na língua portuguesa, ajudam a passar nossas mensagens entre nós, indígenas e, também para os não índios. (Tânia Xukuru-Kariri, apud Gerlic, 2012, p.

A partir dessa descrição, esboçamos uma ideia de como o ensino escolar prioriza o canto do Toré entre os Xukuru-Kariri e o utiliza como uma forma mais fácil para alfabetizar as crianças e desenvolver o sentimento de identificação com a sua cultura local, ao passo em que cumpre o dever institucional de ofertar o conhecimento institucionalizado. Para os mesmos a educação indígena possibilita uma relação entre escola, comunidade e a vida, está comunidade trabalha com um currículo desenvolvido a parti da realidade da aldeia, com o objetivo de fortalecer a cultura, entender a ciência do seu povo e a comunicação através dos cantos nas suas diversidades de significados. De acordo com a índia e professora Suyane da Aldeia Mata da Cafurna⁹:

O Toré é uma prática que reafirma a identidade e nos fortalece quanto indígenas, além de ser uma forma de oração e exercício de fé. Através do Toré fazemos nossas orações e iniciamos nossos descendentes em nossa religião, fazendo com que os mesmos valorizem desde cedo e fortaleça cada dia nossa cultura. Por isso utilizamos ela na sala de aula, adaptamos os conteúdos exigidos pelo sistema a nossa realidade, sempre visando e fortalecendo nossa identidade. Almejamos o respeito e valorização da cultura, mostrar a realidade atual da nossa cultura, que ao longo do tempo vem sofrendo transformações (Suyane de Souza Tenório, 2019)

Diante da fala dá professora podemos compreender a importância que a mesma deposita na prática do Toré, e até mesmo durante as entrevistas, percebe-se a empolgação em falar sobre esse ritual aplicado na sala de aula. Além das crianças aprenderem mais rápido a ler e escrever, ajuda a fortalecer e incentivar a manutenção desse ritual.

Vale ressaltar que as aulas ministradas na aldeia indígena, desde do primeiro semestre letivo, fazem uso da inserção das letras do Toré cantados na aldeia, com objetivo que os alunos aprendam a ler e a conhecer o alfabeto convencional sem se distanciar dos elementos culturais que caracterizam o seu povo, pois acreditam que esse aprendizado os leva a ficar mais perto de seu habitat natural e torna a educação indígena diferenciada, de fato e de direito, Tânia Xukuru-Kariri enfatiza que:

Para nossa educação ser diferenciada, nós professores indígenas temos que nos conscientizar sobre sermos diferentes, precisamos refletir sobre nosso modo de pensar para poder agir. Precisamos experimentar nossas ideias e procurar ter

⁹ Entrevista realizada dia 18 de dezembro de 2019, na residência de Suyane de Souza Tenório. Um dia nublado, mais bem propício para a realização da entrevista, durante esse momento fui bem recebida pela mesma e sua família, conversa foi bastante proveitosa, pois pude perceber de perto essa ligação tão forte com o ritual do Toré.

bastante firmeza na hora de passa-las para nossos alunos. (Tânia Xukuru-Kariri, *apud*, Gerlic, 2012, p.23).

Os professores utilizam o método interdisciplinar para alcançar um melhor resultado na aldeia, com a inserção de pesquisas e experiências trazidas de casa, fazem artesanato ou manipulam ervas na cura de algumas enfermidades. Essa prática leva os alunos a fazer pesquisas em casa, com os vizinhos e em outras aldeias como forma de socialização como seu espaço, das suas práticas e crenças e principalmente para assegurar a oferta de uma educação que valorize o saber local e promova a continuidade das práticas no futuro, principalmente dos aspectos religiosos do Ouricuri e da difusão dos vários tipos de Toré.

Nesta ótica, a professora Suyane trabalha com duas disciplinas entre elas português e Artes. Em artes costuma trabalhar com a confecção de materiais que estão presentes no Toré como o maracá, flauta, roupas de palhas etc. Na disciplina de Português trabalha com as músicas, suas origens, rimas, parodias, além disso com o significado de cada letra, a melodia e os instrumentos. Essa metodologia facilitou o ensino-aprendizagem na escola e propiciou um contato mais próximo com a cultura.

Vale ressaltar que com os avanços tecnológicos essa prática teve um pouco de retrocesso, pois muitos alunos não queriam estar na sala de aula e por isso as professoras decidiram usar esses equipamentos para ajudar esses alunos a permanecerem na aula. A professora Suyane afirma 2019 “A tecnologia facilitou muito os povos indígenas. Porém os jovens acabam atrapalhando a aula, por ficarem apenas no celular e por isso nós professores passamos a utilizar esses métodos tecnológicos de forma correta para que não dispersassem esses jovens da escola”. Como podemos perceber a importância de saber lidar com os meios tecnológicos e usar os mesmos como recursos para melhorar a aprendizagem.

3.1.2 TIPOS DE TORÉ PRATICADOS PELOS XUKURU-KARIRI

O Toré recebe denominações específicas conforme a função a que se destina. Acontece em fila indiana, formando um círculo, giratório, um pequeno grupo de cinco a seis homens colocasse a frente do círculo. O bacurau, que faz parte desse pequeno grupo, é responsável pelo início de cada canção do Toré. Outros puxadores acompanham o ritmo com o maracá, instrumento de percussão chacoalhante, que ajuda a dar início ao rito. Os demais como mulheres e crianças acompanham o grupo. Todas as vezes que presenciei um Toré, o maracá é o principal instrumento para iniciar o ritual.

Vale ressaltar, e de acordo com a índia e professora Suyane, sempre que acaba o ritual do Toré no espaço sagrado do Ouricuri, que todos chegam na aldeia é motivo de comemoração, pois conseguiram realizar com êxito o ritual e por isso ao chegaram realizam um Toré, nesse momento, todos da aldeia se junta e acabam tornando aquele agradecimento em uma grande festa. Este ritual representa a amizade e os laços que foram separados, é um sentimento despertado no som do Maracá, da pisada forte dos pés, neste momento a alma acaba expressando o sentimento de estar junto naquele momento, dividindo emoções tradicional do povo, demonstrando a força da comunidade Xukuru-Kariri.

O ritmo cadenciado do Toré é marcado pela pisada forte do pé direito, geralmente é definido pelo cântico e finaliza com gritos eufóricos onde os participantes externam imensa felicidade. Enquanto coreografia, é um bailado envolvente; enquanto religião e linguagem, é muito significativa para os XuKuru-Kariri e recebe várias denominações, conforme o sentido que lhe é dado: Toré de roda, cruzado, de lança, de buzo, de corrente, de passarinho e da chuva tipos como enfatizam Moreira, Peixoto e Silva:

Toré de **roda** que significa união do grupo entre si e com os outros. Nesse toré, os índios demonstram que independentes da situação ser de dor ou de alegria, eles estão juntos e firmes nos seus ideais.

Toré **cruzado** representa o amor em todos os seus sentidos. Para a comunidade não índia, é visto como uma espécie de ritual que antecede a prática do sexo.

Toré da **lança** significa guerra e é executado em momentos conflituosos como forma de buscar ajuda dos deuses para conseguir êxito em batalhas.

Toré do **buzo** é um momento muito introspectivo do grupo, pois significa um momento de profundo contato com suas entidades espirituais.

Toré da **corrente** simboliza as alianças firmadas com todos aqueles que valorizam e respeitam a cultura indígena...

Toré de **passarinho** representa um dos maiores valores do ser humano, a liberdade.

Toré da **chuva** significa a grandeza de Deus, o seu poder de gerar e manter a vida, de renovar a paisagem e de renovar o espírito de ser humano. (MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2011, p.52-53).

De acordo com essa classificação, percebemos que os Xukuru-Kariri participam de, pelo menos, sete tipos de Torés e que são de grande relevância tanto para a aldeia como para a vida espiritual dos índios, pois a religião os define como nação indígena e é uma forma de contemplarem sua essência através da fé e a certeza de manter sempre viva a cultura para as futuras gerações.

Como são visualizados nas fotos 15,16,17, 18 podemos observar os índios Xukuru-Kariri em uma manifestação pública do Toré na aldeia Mata da Cafurna; realizando alguns tipos de Torés presentes na comunidade, estão paramentados com vestes tradicionais, cocas, maracás, buzoes e pinturas no rosto. Ao redor, pessoas assistem a dança e contemplam a

cultura indígena sendo passada entre as gerações, pois os índios que nesta foto aparecem, não são simplesmente participantes, são a concretização do saber dos antigos que será um alento de cultura guiando o modo de ‘ser índio’ para as gerações futuras.

Foto 15: Toré de Buzos



Fonte: Mendonça, 2019

Foto 16: Toré da Chuva



Fonte: Acervo pessoal, 2017

Foto 17: Toré de Roda



Fonte: Acervo pessoal 2017

Foto 18: Toré de Lança



Fonte: Mendonça, 2019

As fotografias acima caracterizam os seus costumes um grito de liberdade e evidencia que, mesmo nos dias atuais, após longo processo de catequização e trabalho doutrinário engendrado pelas missões religiosas, alguns elementos culturais permaneceram como diacríticos, destacando o grupo diante da sociedade envolvente.

3.2. PRÁTICA, INTERAÇÃO E LIBERDADE NO TORÉ XUKURU-KARIRI

No universo ritualístico e cultural do Toré os povos indígenas se adaptaram a várias formas de expressão linguística para se comunicarem uns com outros em seu ambiente social, passando a usar instrumentos musicais e vestes tradicionais para aperfeiçoar melhor o diálogo com a cultura. Este aprendizado foi se aperfeiçoando e ganhado espaço entre os grupos indígenas e passando para as futuras gerações sentirem orgulho de ser índio.

Esta invenção das culturas indígenas propiciou uma interação, união, comprometimento e sabedoria entre os grupos participantes, tornando para os mesmos um grito de liberdade na sociedade, pois este contato com o artesanato trouxe uma aproximação com a sociedade não indígena, onde a partir daí ganharam espaço na sociedade para se auto afirmarem como índios e mostrar à humanidade a contribuição dessa cultura étnica para a sociedade miscigenada.

Para acompanhar o canto do Toré são necessários instrumentos musicais como o maracá, a flauta ou o buzos. O uso de vestes como a saia da palha do Ouricuri, cocá, colar e pinturas corporais são feitas com tintas extraídas da madeira e da argila branca que são de grande relevância espiritual e simbólica. As vestes e os adereços não são obrigatórios, apesar de muito usados em apresentações públicas, apenas quando é importante criar um efeito visual que os distingue da plateia. Nesse caso, a pintura corporal e a arte plumária serão tomados como fronteira entre os índios e a plateia não indígena.

3.2.1 INSTRUMENTOS MUSICAIS.

O povo Xukuru-Kariri em suas práticas culturais faz usos de vários instrumentos musicais essenciais para iniciar o canto do Toré, considerado som mágico pelos mesmos, como o maracá, a flauta e os buzos, cada qual com seus significados e importância, o uso desses utensílios favorece a cura com o maracá, contato com entidades espirituais com o Búzio e a prática cultural com a flauta. Estes equipamentos são de grande relevância na dança do Toré porque além de abrilhantar a apresentação e o ritual os mesmos servem para beneficiar a comunidade em momento de necessidade, funcionando como portais entre o mundo material e o espiritual.

Adiante podemos observar, na foto 19, o coité ainda fruto e o da foto 20 com um furo, utilizado para a fabricação do maracá, depois de colhido, o fruto seco, é cortado para receber o formato do mesmo. Na foto 21, apresentamos o maracá depois de pronto, um dos instrumentos mais importantes na hora de iniciar o Toré, pois seu som transmite união, paz, felicidade e uma ligação com o sobrenatural; é considerado, pelos índios, a chave para abrir e fechar o ritual do Toré.

Foto 19: O fruto do Coité



Fonte: Acervo do autor, 2019

Foto 20: Coité com Furo



Fonte: <http://www.portaldeartesanato.com>.

Foto 21: Maracá pronto



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Nas fotos acima observamos o maracá em diferentes estágios de fabricação (inicial e final). Este instrumento recebe uma conotação simbólica utilizado para a realização do Toré, o maracá transmite valores positivos para a cultura indígena e quando é executado apresenta um elo com o sagrado e os encantados tornando-se o instrumento mais importante no Toré, além desses instrumentos Tânia Xukuru-Kariri expõe outros presentes na aldeia.

O artesanato é feito de semente, matérias, confeccionamos zarabatana, xanduca, madeira, palha de Ouricuri, bambu e outros dependendo da generosidade do meio ambiente. Pulseira, brinco, anel, tanga, bustiê, lança, arco e flecha, oca, cantil, xixiá (maracá), tacape, colares, cocar e outros, de acordo artesão. E os estudantes são os que mais compram. (Tânia *Apud* Trydêwá, 2013, p.20).

Além do Maracá temos a Flauta e os buzos usados pelos Xukuru-Kariri; cada um tem seu papel importante no ambiente indígena. A flauta é um instrumento de sopro feito com madeira com formato de um tubo, ao ganhar formato o mesmo recebe uma iluminação de cores, servindo para ajudar e abrilhantar o rito do Toré. Já o búzio é um instrumento íntimo do grupo pois traduz um momento de profundo contato com suas entidades espirituais. É feito com dois tubos de bambu, com mais ou menos um metro e cinquenta centímetros, dando acabamento com diversas cores para junto com o maracá e a flauta aperfeiçoar melhor o ritual do Toré.

Foto 22: Flauta



Fonte: Site: culturas indígenas no Brasil

Foto 23: Índios Xukuru-Kariri com o buzo



Fonte: Acervo do autor, 2016

Nas imagens acima, podemos observar a flauta e o búzio, elementos importantes para o grupo; a flauta aparece com uma diversidade de cores junto com adornos de penas; a foto 23

apresenta os índios Xukuru-Kariri em movimento de Toré com o buzo, onde o instrumento aparece pintado para melhor dar efeito visual a apresentação.

3.2.2 VESTES TRADICIONAIS

Outro fator do processo histórico do povo Xukuru-kariri foi a aproximação com a utilização de algumas vestes tradicionais, como forma de reivindicação de seus direitos identitários. Esse grupo faz uso dos adereços para se auto afirmar como índios e passar para a sociedade não indígena um pouco da sua cultura e da sua identidade. Por conta da aproximação com a sociedade envolvente, esse elemento passou a ser cobiçado pela mesma, por conta de seu processo artesanal ser todo produzido com sementes naturais, colhidas na mata, passando por um processo delicado para ficar pronto.

Estão presentes também no ritual do Toré as vestimentas tradicionais como a saia de palha muito usada em apresentações, os colares, pulseiras, o cocá e as pinturas corporais que dão sentido a cultura indígena e ao fortalecimento do artesanato, ponto forte na economia da aldeia. Ao utilizarem esses adereços, os mesmos sentem-se felizes por mostrar ao não índio que são detentores de uma cultura que marca uma identidade. Vale ressaltar o poder que esses utensílios têm perante o grupo indígena, pois cada um tem seu significado e vantagens para os índios Xukuru-Kariri, como veremos na imagem a seguir.

Foto 24: ex: pajé, Xukuru-Kariri



Fonte: Site: Yandê. A rádio de todos

Foto 25: Artesanato do Povo Xukuru-Kariri



Fonte: Mendonça, 2019

Nas fotos acima podemos observar o índio Xukuru-Kariri e parte do artesanato da comunidade. Na foto 24, vemos o índio Lenoir Tibiriçá ex: pajé da aldeia Mata da Cafurna,

fazendo uso de alguns adereços usados para praticar o Toré, como o colar, a pulseira, pintura corporal, saia de palha e cocá na cabeça. Na foto 25, observa-se uma barraca de artesanato da comunidade citada acima, cada peça apresentada nesta foto significa a dedicação de um trabalho feito com muito carinho e amor, além do mais, esse artesanato alimenta a vida de muitas famílias da aldeia, apenas sobrevivem do dinheiro arrecadado com a venda desse material, onde vemos na barraca a presença de maracás, cocás, colas, flautas, colheres de pau, arco-e-flecha entre outros. Cada elemento tem sua importância para o grupo e para sua marca identitária. Os mesmos utilizam tais parâmetros em apresentação fora da aldeia como forma de autoafirmação; fazem uso também na aldeia em ritual fechado como no Ouricuri e outros eventos religiosos.

Estes adereços são fabricados com material colhido na mata e até com peles de alguns animais criados para este fim. Os **colares** são produzidos com sementes, penas e ossos serrados, quando prontos, são utilizados pelos mesmos e também como forma de comércio artesanal para assegurar uma parte de seu sustento. A **pulseira** é também produzida com sementes, ossos e cordão. O **cocá** é confeccionado com penas de passarinhos entres eles a arara, o gavião, o pato, marreco e peru; estas penas ficam presas a uma tira de couro ou de cordão no topo da cabeça, o mesmo é utilizado como elemento religioso para proteger o usuário das forças negativas; é bastante usado em ocasiões especiais e tem um enorme valor simbólico. Quando é usado por lideranças, é tido como marca de respeito pelos demais membros do grupo.

Neste ambiente temos também a saia de palha feita com palha de Ouricuri. Serve de cobertura para o corpo e quando tal palha é usada como cocá, ficando acima do indivíduo, serve como proteção espiritual para ele. A pintura corporal, produzida com sementes, carvão, mel ou barro branco é usada pelos povos indígenas para se diferenciar do não índio e para estabelecer, através do seu traçado, um contato com o sagrado. São traços e formas feitas com tintas extraídas de corantes vegetais vermelhos como urucum, enquanto que a coloração azul marinho ou preta é conseguida pelo jenipapo ou pó de carvão; as pinturas são essenciais para o ritual. O corpo é decorado com desenhos geométricos para mostrar a perfeição e a liberdade na aldeia.

Vale ressaltar a importância da presença desses instrumentos e das vestes tradicionais para os Xukuru-Kariri no ritual do Toré, os mesmos são a concretização do saber dos antigos, caracterizados de acordo com seus costumes e evidenciam que, mesmo nos dias atuais, após longo processo de catequização e trabalho doutrinário engendrado pelas missões religiosas,

alguns elementos culturais permaneceram como diacríticos, destacando o grupo diante da sociedade envolvente.

3.3. TORÉ: FORMAS DE CODIFICAÇÃO NO UNIVERSO SIMBÓLICO

Os cantos do Toré são criados a partir do momento em que afirmam uma identidade indígena para marcar determinados processos históricos; muitos cantos são executados a partir do ponto de vista dos encantados e são usados apenas para momentos de cura, no ritual fechado, no ‘Ouricuri’. Para Tânia Xukuru-Kariri “O canto para nós é vida” (p 04. Ano 2012) ...ou seja, a importância que Toré tem para o grupo e sua originalidade.

Estas formas de codificação acontecem sempre em um espaço sagrado, na mata, como o Ouricuri, porta essencial para a cura e libertação; alguns cantos revelam esse universo simbólico que serve para demarcar o ritual e permanecer fechado a cultura.

O ritual do Ouricuri é o fator principal de coesão grupal, dentro e fora do Ouricuri, mesmo com todo o processo histórico de expropriação da sua terra[...] se o espaço da Mata, por exemplo, já é, por definição desta cultura sagrados, e, se pensarmos radicalmente, todos os espaços tomados pela vida assim o são, o que o rito faz é emprenhar está mata de novas sementes do sagrado. E assim, a obra do tempo no rito é fazer renascer no homem a sua origem. (HERBETTA, 1989 p.124)

De acordo com a citação podemos observar que o Ouricuri é o principal fator grupal dentro e fora da aldeia; é um espaço reservado apenas para os índios; seus códigos acontecem sempre neste ambiente como meios propulsores de manter viva a cultura indígena.

Desta forma fazemos uma análise de 5 cânticos do Toré do povo Xukuru-Kariri, buscando um entendimento das relações sociais e temas centrais para a elaboração da autoafirmação da comunidade, levando em consideração que estes cânticos acontecem em seus códigos e sua maneira particular apenas para os índios Xukuru-Kariri.

3.3.1. DESVENDANDO O TORÉ DOS XUKURU-KARIRI

Os Xukuru-Kariri, afirmam-se como pessoas ao praticar seus traços culturais e a sua religião. O Toré é um lugar importante para o sujeito se identificar, se reconhecer e sentir inserido no universo cultural, é a chave para a cura e libertação, seus cânticos revelam mistérios que apenas os grupos reconhecem entre si.

Como podemos perceber no cântico abaixo, contrariando a teoria do politeísmo ou de um Deus diferente do Deus cristão, os índios são monoteístas e acreditam em uma divindade

criadora. A ação dos portugueses, na catequese jesuítica, fez com que os indígenas adotassem os nomes do panteão religiosos católico para suas divindades.

Jesus

Eu venho cantando, eu venho louvando,

Ah! Ah! Jesus é meu Deus.

Eu venho cantando, eu venho louvando,

Ah! Ah! Jesusé meu Deus.

Eu venho cantando, eu venho louvando,

Ah! Ah! Jesus é meuDeus.

Xukuru-Kariri cantam para agradecer pelo dom da vida, por sua vida na aldeia e principalmente, cantam em momentos de cura e de libertação. Cantam Torés em seus rituais como uma forma de externar sentimentos de devoção e cantam em momentos festivos e em apresentações públicas. Mais do que como sua religião, o Toré é sua marca de identidade.

O Toré de passarinho, apresentado a seguir, está relacionado a um índio encantado, onde muitas das vezes vem relacionado com um pássaro. Neste universo, quem tem a capacidade de voar, está direcionado ao alto, onde explica a existência de alguns encantados.

Passarinho

Oh! Passarinho está cantando

Oh! Passarinho está chamando

Oh! Passarinho está cantando

Oh! Passarinho está chamando.

Este Toré evidencia a importância da manutenção da distância longa entre o céu e a terra, onde isto indica que os Xukuru-Kariri possuem pelo menos dois patamares um alto e outro baixo, para se tratar com suas entidades espirituais, pois passarinho é o termo usado para designar um encantado no seu universo simbólico e ritualístico.

No próximo Toré, sua letra explica sobre um período de repressão, onde os povos indígenas foram obrigados a falar o português e aceitar a língua do colonizador, porém, muitos índios passaram a rejeitar a troca de linguajar e passaram a se comunicar através do

Toré, passando avisos e orientações sem que os invasores compreendessem por isso a expressão “fita verde amarrada na garganta”.

TORÉ: “Fita Verde”

Minha gente venha ver
Os caboclos como cantam
Com um laço de fita verde
Amarrado na garganta
Youyou lê lara
Youlêlêlêlêarrieia aira

Neste Toré o termo venha ver está ligado ao chamado para contemplação da sua existência é um código acústico relacionado a ação de cantar e à distância pequena; os caboclos são os índios que participam do momento ritualístico; o termo fita verde amarrado na garganta está relacionado a repressão e aos sofrimentos enfrentados pelos povos indígenas. Cantam esse tipo de Toré para evidenciar o silenciamento a as perseguições que seus antepassados sofreram com a proibição de praticar os seus rituais e de falar a sua língua materna, sendo obrigados a seguir uma cultura portuguesa.

O Toré transcrito a seguir, ressalta o poder da união dos sujeitos do grupo para a conjunção dos dois espaços, o céu e a terra, e da ligação entre o encantado e o índio. Percebemos nesse canto a presença do encantado no momento em que o ritual está prestes a terminar. O verso explica sua partida, destaca que os encantados vieram de Aruanda, vieram do céu, pois para suas concepções o termo Aruanda significa o céu, o paraíso da liberdade.

TORÉ: “REYOU REYÁ”

Boa noite meus parentes! É porque chegou a hora!
Boa noite meus parentes! É porque não é nada!
Lololelaiá
Nós viemos de Aruanda
Heiahá, heihi!

Nessa ótica, percebemos a ligação entre o céu e a terra, um contato forte com as entidades espirituais que geraram grandes guerreiros na aldeia, com vontade de viver, respeitar e valorizar a sua cultura para, posteriormente, a transmitirem aos seus descendentes como um modo de fortalecer seus laços de fé e sintonia com o sagrado, além de se configurar em importante elemento de força e resistência.

Já na letra do próximo Toré observamos uma forte ligação entre o povo Xukuru e a mãe Tamain, conhecida por Nossa Senhora das Montanhas (ou simplesmente a Natureza). A divindade recebeu este nome por conta de seu poder e de sua imensidão. É uma santa muito respeitada e invocada como protetora dessa comunidade.

**Nossa Sra. das Montanhas/Nossa Mãe Tamain: O rosto arredonda
De como o de uma “cabocla”**

“Nossa Senhora das Montanhas “Oi, arreia, arreia, arreia
É uma santa de valor Tamain arreia, arreia (bis)
Quem achou ela na mata, Deus no céu e índio na Terra (bis)
Foi o índio caçador. vamos ver quem pode mais
Arreia, arreia, arreia, arreia
É Deus no céu e índio na Terra” Oi, arreeia! ”

Este canto revela a importância da fé no sagrado, o comprometimento com a religião uma vez que dela emana a cura e as orientações espirituais. Os índios cantam para agradecer a Deus por terem encontrado a santa que protege a aldeia, por isso que cantam para agradecer a Deus no céu e ao índio na terra, destacando a ligação entre o divino e o humano.

Os Torés transcritos são apenas alguns dos muitos cantados publicamente pelos Xukuru-Kariri. São cantados cotidianamente na aldeia e nos espaços públicos onde aqueles indígenas se apresentam. Enquanto religião, têm a função de abrir um canal de comunicação com o mundo dos encantados, com os seus antepassados que se materializam no ritual, realizam curas e primam pela proteção da população que vive na aldeia.

Os cânticos e as danças, tem para os indígenas a capacidade de fazer lembrar eventos do passado, relembrar lutas, batalhas, conquistas e perdas, mas servem, fundamentalmente como elos que os mantêm ligados ao passado, de onde buscam ensinamentos para projetar o futuro. E, pois, mais do que uma performance ou um bailado, é uma forte marca identitária e uma fronteira com o mundo à sua volta.

A dança do Toré tem o seu compasso marcado pelo som dos maracás e das gaitas ou flautas. À frente, conduzindo a execução, tem puxadores ou cantadores que definem os Torés e o ritmo da coreografia circular, sempre em sentido anti-horário. Os puxadores podem ser lideranças, pajés, caciques ou qualquer indivíduo que tenha vida religiosa na aldeia. Geralmente, nas apresentações públicas, são executados três Torés para a abertura do evento e só após isso, a plateia é convidada a se incorporar a coreografia que pode ser executada em uma grande roda com os indivíduos em fila indiana ou aos pares, dançando e girando. Nesse caso, o evento é folclórico e festivo, mas para os indígenas, é sempre um ato de evocação do seu sagrado

Diante do que foi exposto acima, podemos perceber que através dos cantos, todos são envolvidos para a união da comunidade em prol dos acontecimentos que envolvem os Xukuru-Kariri, seja em comemoração de alegrias nas festas, ou em momentos de tristeza. O Toré é a identidade do povo Xukuru-Kariri, cada povo tem sua história, precisa conhecer o passado, o presente, para garantir o futuro.

O Toré enquanto afirmação étnica é uma atividade religiosa de salutar importância, uma vez que os índios depositam toda sua fé em uma coreografia, externando uma devoção inquestionável pelas suas práticas religiosas, colocadas em primeiro lugar por ser o elemento usado como fronteira com a sociedade envolvente desde o período da colonização do Brasil. É, no caso dos povos indígenas do Nordeste, o diacrítico singular que os define como tal.

Além disso, o Toré fortalece a vida em comunidade, contribui muito para a união dos indígenas, quando se reúnem para dançar sua cultura, seja no Toré de roupa ou no caracterizado. Cantar e dançar esse rito é manter a cultura ativa, evitando a perda dos costumes tradicionais e garantir o amanhã. Mesmo por ter passado por um passado de negação, estereótipos, os índios Xukuru-Kariri nos dias de hoje, crescem e se fortalecem politicamente e religiosamente para acabar com o preconceito que ainda existe em nosso país. Diante da busca constante por seu lugar na sociedade, eles saem dos bastidores e lentamente vão ocupando seus espaços no palco da nossa história.

É importante salientar a importância do ritual do Toré para a nossa sociedade, pois a mesma contribui e tem um papel muito relevante para a mesma, pois como podemos perceber os índios já existiam nessas terras supostas descobertas, e são dignos de respeito, inclusão social, e livres de praticarem as suas crenças, pois todo homem nasce com o livre arbítrio de viver e fazer suas escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho serviu de ponto de partida para fortalecer os conhecimentos adquiridos no curso de mestrado e proporcionou conhecer mais de perto sobre a prática do ritual do Toré, ritual que se fortaleceu durante o período de silenciamento devido perseguição forte do colonizador e que hoje conquistou seu espaço na sociedade, nas comunidades indígenas e no mundo espiritual.

Na conclusão deste trabalho, torna-se necessário tomar algumas considerações para compreender a cultura indígena desta comunidade. Como a dança do Toré que está ligada diretamente com a natureza indígena, pois os mesmos acreditam que tudo funciona através desse contato com o Toré.

Analisamos que com o período da colonização os povos indígenas encontraram estratégias de sobrevivência, começaram a praticar o ritual Toré como elemento essencial para o fortalecimento cultural. O ritual do Toré é considerado a marca identitária dos povos indígenas, pois é através dessa manifestação cultural que ganham força, respeito e obediência, para terem orgulho de suas raízes identitária. Além disso, analisamos o Toré em vários tipos de comunidades indígenas cada qual com seu tipo de Toré ritualizado, ou seja, cada grupo étnico possui seu tipo de Toré e passam essa experiência aos demais grupos da aldeia.

Através do Toré podemos perceber que a crença a cada momento se renova por intermédio de alguns elementos como: pedido, graça alcançada, pagamento de promessa e por esse contato constante com o mundo sobrenatural. O ritual do Toré representa estas relações, é neste universo ritualístico que o indivíduo se sente mais próximos de suas entidades religiosas.

Este trabalho foi desenvolvido a partir da observação do principal ritual praticados pelos Xukuru-Kariri, não apenas como fonte de indianidade e nem como fonte identidade, mais como uma celebração de crenças que unem todos os membros de uma comunidade em torno de um ritual. Durante a realização da pesquisa, surgiram vários desafios em questão ao Toré, pois o mesmo é caracterizado como maior vivência sagrada dos povos indígenas, esse contato trouxe um pouco de receio em pesquisar essa linha, porém ao longo dos estudos e participações em eventos percebemos o quanto é necessário à nossa contribuição em prol das comunidades indígenas, para levarmos aos que desconhecem, um novo olhar e respeito social.

Diante da reflexão acima, faz-se necessário conhecer a importância da aldeia Mata da Cafurna e as vivências históricas de seus habitantes, buscando entender as relações com seu espaço religioso, o Toré. Perceber quais são os aspectos simbólicos expressos na aldeia e

quais significados da aldeia para o espaço ritualístico e, assim, perceber as práticas, os saberes e suas interpretações, que o Toré representa para a comunidade envolvente. Dessa forma, essa pesquisa visa contribuir com a nova historiografia indígena, desprendendo da visão tradicional e desconstruindo a visão estereotipada sobre esses povos e contribuir para uma maior visibilidade na sociedade exterior.

Vale ressaltar que quando não é refletido seriamente sobre a questão do preconceito sobre as comunidades indígenas e que quando a sociedade não constrói formas, ações e políticas, com o intuito de criar oportunidades para os negros, índios e brancos, nos mais diversos setores, estamos contribuindo para a reprodução da negação de sua identidade e superiorizando a outra na qual não pertence.

Esse trabalho foi de suma importância pois despertou a atenção, que é preciso ensinar para os nossos filhos, para as pessoas em que convivemos no dia-a-dia, as diferenças construídas na cultura e nas relações de poder que foram recebendo interpretações negativas e que ocasionaram a inferioridade em relação a cultura indígena. As consequências desse preconceito identitário parte do discurso hierarquizado da cultura Europeia ao longo de sua história, embranquecimento, inferiorizando as pessoas por causa de sua identidade e por conta de sua história.

Vale ressaltar se queremos lutar contra esse racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, as nossas famílias, as escolas, os profissionais da educação e a sociedade como um todo, como forma de valorização da cultura, pois se isso acontece, ficaremos mais fortes e podemos ajudar pessoas que todos os dias negam sua identidade, atribui outra cultura para poder ser aceito na sociedade e não o ver com inferioridade.

Espera-se com essa pesquisa servir de base teórica para outros estudos na área, incentivar outras pessoas a questionar sobre o tema e contribuir para a divulgação da tradição cotidiana da comunidade, orientar que a prática do Toré faz parte da identidade brasileira, por ser um folguedo ritualístico para diversão e espiritualidade e que está presente no nosso cotidiano.

Portanto, foi de grande relevância a realização desse trabalho na Aldeia Xukuru-Kariri Mata da Cafurna sobre o ritual Toré, um tema muito delicado mais que traz uma simbologia de força e coragem para que participam da religião, um povo que traz em sua trajetória um processo histórico marcado por forte influência do colonizador, mais que mesmo assim adquiriram forças e fé no sagrado, para suprir esse processo de invisibilidade marcada pelo preconceito, para mostrar à humanidade a contribuição dessa cultura étnica para a sociedade miscigenada.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Mauricio. A Produção da Alteridade: O Toré e as conversões Missionárias e Indígena. Pós-Doutorado CEBRAP. Pág. 06. 2010. _____ **MORTE E VIDA “DO NORDESTE INDIGENA” a emergência étnica como fenômeno.** Estudos Históricos, Rio de Jaociro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 57-94. Histórico regional.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na História do Brasil.** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ACSELRAD, Mari. O Patrimônio Vivo em questão: uma perspectiva comparada das experiências de registro de pessoas e grupos culturais. In. SANDRONI, Carlos; SALLES, Sandro Guimarães de. **Patrimônio Cultural em Discussão: novos desafios teórico-metodológico.** Recife: UFPE, 2013.

BIZIKOVÁ, Lúcio. A Importância da Línguas Tupis para o Português brasileiro. Bakarska. Brno. 2008.

BEZERRA, Ricardo José de Lima. Importância do Estudo da História Indígenas na Formação de Professores de História: Contribuições para a Licenciatura. Editora UnilaSalle, Canoas, n 36, 2017.

BEZERRA, Ricardo José de Lima. SANTOS, Maria Aparecida Oliveira dos. No Som do Maracá e no Silêncio da História: O Toré como afirmação Religiosa do Povo Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios/ Alagoas. *Jornal Internacional de Ciências Humanas*, Vol. 9. No.8. Agosto de 2019.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**/ Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Cláudia Renata Gonçalves, - 2. Ed.- Belo Horizonte: editora UFMG, 2014.

CAMINHA, Carta de Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil.** São Paulo: Martins Claret, 2007.

CARVALHO, Francisco Alex Lopes de. **O Conceito de Representação Coletiva Segundo Roger Chartier.** *Diálogos, DH/PPH/UEM*, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre o povo Azande/ E.E. Evans-prichard*; edição resumida e introdução, Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiros de Castro. - Rio de Janeiro: 2005.

FIALHO, Vânia. SANTOS, Hosana Celi Oliveira. *Antropologia indígena – territorialização*. Artigo publicado no livro. *O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas / Juliana Alves de Andrade, Tarcísio Augusto Alves da Silva (organiza- dores); prefácio Edson Silva*. - Recife: Edições Rascunhos, 2017. 242p.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global Editora, 1987.

GERLIC, Sebastián (Org.) **Índios na visão dos índios: Somos Patrimônio**. Salvador: Thydêwá, 2011.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Toré: regime- encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

GOMES. Alexandre Oliveira. **O Torém entre o Folclore e a Antropologia: Pesquisas de Campo e Escrita da História entre os Tremembé de ALMOFALA (1940-1955)** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

HANNERZ. Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave Da Antropologia Transnacional**. MANA 3(1): 7-39, 1997.

HALL, Stuart: **A Identidade Cultural na Pós – Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro 12º edição. Lamparina editora em maio de 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HECK, Dionísio Egon; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (organizadores) **Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio**. – Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012, 192p.

HERBETTA, Alexandre Ferraz: **Peles Braiadas Modos de ser Kalankó**. Doutorado de ciências sociais (Antropologia). São Paulo 2011.

IVAN, Barros: *Palmeira dos Índios Terra e Gente*. (Academia Maceioense de Letras), 1969.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MALINOWSKI, Bronislaw Introdução: Tema, Método e Objetivo desta pesquisa. In **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos arquipélagos da Nova-Guiné-Melanésia. São Paulo: abril Cultural, 1978. 17-34.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima. PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Tiago Barbosa Da. **Mata da Cafurna: Ouvi Memória, Contar História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru- Cariri** Maceió: Edições Catavento, 2010. 104p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade/ Maria Cecília de Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.*

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais** Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre, Recife 1994.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente, In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

MENDONÇA. João Martinho de. **Os Movimentos da Imagem da etnografia a reflexão antropológico: experimentos a parti do acervo fotográfico do professor Roberto Cardoso de Oliveira**. Campinas 2000.

MOTA. Clarice Novaes Da. **Performance e Significações do Toré**: O caso dos Xocó e Kariri-Xocó. Regime encantado do índio do nordeste organizador: Rodrigo de Azevedo Grunewald. _ Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

MOREAU, Felipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta** — São Paulo: Annablume, 2003.

Mônica Antunes e André Wittner (passos) | Produção: Patrícia do Lago | Criação: e execução Mara Sambugaro (para Ateliê Maria Sem Vergonha - Arte em Cabeça) |Ambientação: Futon &Home:www.google.comhttp://www.portaldeartesanato.com.br/materias/53/artesanato+com+caba%C3%A7. Data 20- 09- 2017 às 14hs: 44 min.

MACHADO, Felipe. Difusora 890, 24 Horas no ar. Disponível em. <http://difusora890.com.br/22-de-abril-dia-do-descobrimento-do-brasil>. 22.04.216. Acesso em 28-set -2017 às 8hs: 25 min.

NEVES. Rita de Cássia Maria. **Identidade, Rito e Performance** no Toré Xucuru. Regime encantado do índio do nordeste organizador: Rodrigo de Azevedo Grunewald. Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha: **A Presença Indígena na Formação do Brasil** / – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. In: _____. **O trabalho do Antropólogo**. 2 eds. Brasília: Pararelo 15. São Paulo. Editora UNESP, 2000. Cap. 01, p.17-36

PALITOT. Estêvão Martins. JUNIOR. Fernando Barbosa de Souza. **Todos Os Pássaros do céu. O Toré Potiguara. Regime encantado dos índios do Nordeste** organizador: Rodrigo de Azevedo Grunewald. _ Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

POUTIGNAT, Philippe. STRIFF-FENART, Jocelynes. **Teorias da Etnicidade**: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. – 2. Ed.- São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 2510p.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Vanhanen a FHC/ 3º Ed.**- Rio de Janeiro: Editora FGV,2000.

SILVA, Edson. “Xukuru: Memórias e história dos índios da serra do Ororubá” (Pesqueira/PE), 1988/ Edson Silva, Recife: editora: UFPE, 2014.

SILVA, Cristiano Barros Marinho Da. **Índios do Nordeste: Temas e Problemas 5: Vai-te para onde não canta galo, nem boi urra...** Diagnóstico, Tratamento e Cura entre os Kariri-Xocó: Organizador Luiz Sávio de Almeida. – Maceió: EDUFAL, 2004. Xxii, 123p. il.

SILVA, Anderson Barbosa Da. **Rituais Jiripankó: Um Olhar Sobre o Sagrado dos Índios do Sertão de Alagoas.** 2013. Monografia (Licenciatura Plena em História UNEAL, AL).

SILVA JUNIOR, Aldemir Barros da: **ALDEANDO SENTIDOS: os Xukuru-Kariri e o serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano.** Salvador, 2007.

GERLIC, Sebastian. Cantando as Culturas Indígenas. Realização ONG Thydêwa, 2013.

Site: tribuna do Sertão: Do Sertão ao Litoral a opinião que alagoas deseja saber. Disponível em. <http://www.tribunadosertao.com.br/2015/08/aos-126-anos-o-que-palmeira-deseja-ser>. Acesso em 28-set-2017 às 8hs: 17min.

Site: Mapas blog. Disponível em <http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/11/mapas-de-alagoas.html>. Acesso em 28-set-2017 às 8hs:38min.

Site: culturas indígenas. Disponível em <http://culturasindigenasdobrasil.blogspot.com.br/2013/04/instrumentos-musicais-indigenas.html>. Acesso em 28-set-2017 às 8hs:51

Site: Yandê. A rádio de todos. Disponível em http://radioynde.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=632. Acesso em 28-set -2017 às 9hs:00.

Site:<http://blogdomoresi.blogspot.com/2007/04/escritora-lana-livro-de-resgate-lenda.html>. Acesso dia 16 de janeiro de 2020 as 10hs:45

Site:https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bandeira_de_Palmeira_dos_%C3%8Dndios_-_AL.svg. Acesso dia 16 de janeiro de 2020 as 10hs: 49

APÊNDICE

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E BRASIL – NEAB
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM CULTURAS AFRICANAS, DA
DIÁSPORA, E DOS POVOS INDÍGENAS – PROCADI

SEQUÊNCIA DIDÁTICA: RELIGIOSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS DE
ALAGOAS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história dos povos indígenas de Alagoas foi causada por inúmeros acontecimentos, os índios foram expulsos do seu habitat natural, perseguidos e obrigados a fazer migrações. As comunidades indígenas desta região foram pouco valorizadas em nossa história, onde acarretou a perda de suas identidades e a religião foi a fronteira entre as duas culturas e responsável pela transmissão da identidade nativa. Entre as aldeias de Alagoas, temos a comunidade Xukuru-Kariri Mata da Cafurna, localizada no Município de Palmeira dos Índios, na qual darei mais ênfase, por ser uma aldeia que me proporcionou desenvolver minha pesquisa, esse grupo passou por um processo de extinção cultural e religiosa, porém nunca desistiram de manter seus traços culturais e religiosos e o ritual do Toré é considerado hoje um dos maiores momentos simbólicos para as etnias de Alagoas e para os Xukuru-Kariri.

A partir desse estudo, surgiu a necessidade de desenvolver uma sequência didática, a fim de visibilizar os índios dos não índios no ambiente escolar, além de auxiliar e fornecer ideias para os docentes desenvolverem na sala de aula e perceberem a religiosidade indígena como uma ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, transformando num lugar de respeito permanente à diversidade e de combate ao racismo e a todas as formas de preconceito e discriminação.

É importante destacar, que ao trabalharmos as memórias coletivas, a história e a cultura das comunidades negras ou indígenas, desperta e possibilita uma educação plural e diversificada, a fim de promover aquisição de novos conhecimentos, com o objetivo de dar visibilidade as resistências por eles protagonizadas e com isso tentar apagar uma educação eurocêntrica. Ressalta-se que a escola transfere uma base de ensino centrado em uma educação formal, isso constitui um dos principais meios de conscientização e conhecimento da verdadeira história dos índios de acordo a professora Petronilha, *apud*, Souza e Mortari (2000, p.8). “Os benefícios de tudo que se aprende, inclusive na escola, devem reverter não unicamente para o indivíduo ou seus familiares mais próximos, mais para a toda sociedade”.

Esta sequência didática trará um novo olhar, para trabalhar com as identidades religiosas dos povos indígenas fornecendo suportes teóricos e práticos para que os docentes produzam conhecimento para desenvolverem o aprender e o ensinar as diferentes raízes étnicas que compõe a história e a vida de nosso país, fortalecendo essas comunidades a perpetuarem sua fé e permanecerem firmes com respeito, valorização e união com toda a sociedade. Além disso, os professores devem ser bem preparados, pois o mesmo é a porta

para que os alunos indígenas permaneçam na escola e não tenham medo de se autoafirmar como índio.

ROTEIRO DE ATIVIDADES

TEMA:

RELIGIOSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS DE ALAGOAS

PERIODO DE TEMPO: 1 Bimestre

PÚBLICO ALVO: 8º Ano

OBJETIVO GERAL DE APRENDIZAGEM

Espera-se com essa sequência didática, fortalecer a discussão com a religiosidade dos povos indígenas na sala de aula entre professor e aluno, para que os educandos compreendam a importância da manutenção dessa identidade e ajude a desmistificar estereótipos que ainda permeiam a sociedade.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- ✓ Evidenciar a religiosidade indígena como identidade desses povos, a partir da invisibilidade e resistência cultural.
- ✓ Destacar o Toré, como principal símbolo religioso dos povos indígenas
- ✓ Analisar a prática do Toré, principalmente na Aldeia Xukuru-Kariri- Mata da Cafurna.

CONTEUDOS A SEREM TRABALHADOS

- ✓ Conceito de religiosidade.
- ✓ Descrição Sumária dos povos indígenas de Alagoas.
- ✓ Mobilização e Protagonismo indígena.
- ✓ Religiosidade entre os Xukuru-Kariri.
- ✓ Manifestações culturais e religiosas entre os Xukuru-Kariri- Mata da Cafurna de Palmeira dos Índios/ AL.
- ✓ Instrumentos Musicais, aspectos religiosos e identitárias do povo Xukuru-Kariri.
- ✓ Conhecendo o Saber Local da Aldeia Mata da Cafurna.

ATIVIDADE I

TEMA: Conceito de Religiosidade

OBJETIVO: Compreender o conceito de religiosidade, através de sua história e perceber a mesma como um sistema comum de crenças e práticas relativas dos seres humanos dentro do universo histórico e cultural específico.

PREVISÃO DO DESENVOLVIMENTO: Duas aulas de 45 minutos

RECURSOS NECESSÁRIOS: Livro didático, Notebook, data show, quadro branco

METODOLOGIA: Analisar junto com alunos a importância da religião em nossa vida, pois a mesma possibilita entender melhor os valores, as diferenças e tendo em vista, sempre, a compreensão do outro, o respeito a diversidade para vivermos em harmonia com o próximo.

DINÂMICA UTILIZADA:

O educador inicia a aula fazendo algumas indagações; o que vocês entendem por religião? O que esta pequena palavra significa? Ao fazer essas perguntas realiza-se uma breve conversa entre educador/educando. Depois o professor dar continuidade, através de data show com pequenos tópicos sobre a definição de religião. O termo religião originou-se da palavra latino religião, que significa um conjunto de regras, observância dentro de uma comunidade. A experiência religiosa nos fornece elementos para a construção de identidades, memórias coletivas e experiências culturais. Deixar claro para os alunos, a importância de reconhecer e valorizar os direitos e crenças de outras pessoas, para que possamos apreciar a diversidade religiosa.

Depois dessa explicação, o docente avaliará os alunos, pedindo que cada um faça individualmente em uma folha de ofício uma redação sobre o assunto, depois o professor pede para que cada um leia a sua em voz alta e abre espaço para suas opiniões.

ATIVIDADE II

TEMA: Descrição Sumaria dos Povos Indígenas de Alagoas.

OBJETIVO: Identificação a localização de algumas aldeias indígenas de Alagoas entre elas (Kariri-Xocó, Xukuru-Kariri e Jiripanko) destacando os pontos em comum que essas aldeias transmitem, como as tradições culturais e religiosas, para que desperte no aluno o desejo de participar da aula e melhore o ensino –aprendizagem em relação a nossa história.

PREVISÃO DE DESENVOLVIMENTO: Duas Aulas de 45 minutos.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Notebook, livro didático, data show, quadro branco, folhas de ofício.

METODOLOGIA: Analisar junto com os alunos através de algumas aldeias alagoana a importância de conhecerem sobre a verdadeira história do Brasil e seus protagonistas, para dar visibilidade cultural e religiosa, além de ajudar essas comunidades a se reconhecerem como índios e propagarem a sua fé, pois o medo e o preconceito impedi muitas dessas pessoas de se autoafirmar como índios.

DINÂMICA UTILIZADA

Propõe começar a aula perguntando algumas questões: vocês conhecem alguns índios? Como eles são? Qual é a cultura ou a religião que eles praticam? Eles estão acabando? Sem opinar ou corrigi-los, o professor pede para que cada um anote suas respostas em uma folha de ofício. Ao terminar o professor explica sobre algumas comunidades indígenas de alagoas, como a aldeia Kariri-Xocó que está localizada no Município alagoano de Porto Real do Colégio, um grupo que resistiram a meio milênio de contato com o não índio e se mantem fortes através da comunicação religiosa fortalecida no ritual sagrado denominado de Ouricuri e o Toré. Fontes para pesquisar sobre a aldeia o livro de: SILVA, Cristiano Barros Marinho Da. **Índios do Nordeste: Temas e Problemas 5: Vai-te para onde não canta galo, nem boi urra...** Diagnóstico, Tratamento e Cura entre os Kariri- Xocó: Organizador Luiz Sávio de Almeida. – Maceió: EDUFAL, 2004. Xxii, 123p.: il. Depois explica sobre a aldeia Xukurur-Kariri-Mata da Cafurna fonte para a pesquisa MOREIRA, Ana Cristina de Lima. PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Tiago Barbosa Da. **Mata da Cafurna: Ouvi Memória, Contar**

História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru- Cariri Maceió: Edições Catavento, 2010. 104p. A aldeia Jiripankó habita a zona rural do Município de Pariconha. Fonte para pesquisar sobre a comunidade o livro de SILVA, Anderson Barbosa Da. **Rituais Jiripankó: Um Olhar Sobre o Sagrado dos Índios do Sertão de Alagoas**. 2013. Monografia. A professora prepara slide com os principais tópicos sobre os pontos em comum entre as aldeias e explica que esses grupos compartilham as mesmas práticas culturais como o Toré e o Ouricuri, grupos que viveram anos de massacres invasões territoriais que precisam ser reconhecidos e valorizados.

Em seguida a professora dividi os alunos em grupo, e pedem para que eles debatam entre si sobre o que a mesma explicou e vejam se está diferente do que eles escreveram na folha de ofício antes da explicação. Depois do debate pede para que eles escrevam novamente sobre quem são os índios, sua história e o que as comunidades tem em comum. Depois a professora abre espaço para os grupos apresentarem suas conclusões.

ATIVIDADE III

TEMA: Mobilizações e Protagonismo Indígena.

OBJETIVO: Apresentar conceitos e leis específicas relacionadas aos direitos indígenas, enfatizando sua importância para a manutenção das identidades indígenas.

PREVISÃO DE DESENVOLVIMENTO: Duas Aulas de 45 minutos

RECURSOS NECESSÁRIOS: Notebook, livro didático data show, folhas de ofício e caixa de som.

METODOLOGIA: Compreender a importância do papel de cada órgão competente, na vida dos indígenas, a fim de assegurar e promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades, levar os alunos a entenderem e colocarem em prática seus conhecimentos, dando visibilidade e reconhecimento aos índios.

DINÂMICA UTILIZADA:

O professor deverá iniciar a aula abordando o período dos aldeamentos no século XXIII em Alagoas, explicando que os não-índios usurparam as terras indígenas matando animais, erguendo cercas e criando ferramentas de controle social. Diante disso tem se registrados sofrimentos e perseguições que foram com o tempo minimizadas, graças a persistências na reivindicação de seus direitos e com a constituição de 1988 com o marco do reconhecimento dos direitos indígenas. Além disso destacar o SPI-Serviço de Proteção ao Índios que tem a finalidade de proteger e atender as necessidades do desenvolvimento econômico dos povos indígenas. Temos também a FUNAI- Fundação Nacional do Índio que resguarda e garante seus direitos.

Depois de explicado em slide através de tópicos, o professor passa um pequeno documentário sobre os direitos indígenas, sugestão de vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=VN7Obkh-n9M>. E em seguida pergunta aos alunos o que eles entenderam sobre o vídeo e os pontos que mais se destaca. Depois da discussão entre professor/aluno, o educador pede para formarem em grupos. O professor entrega a cada grupo pequenos artigos da constituição de 1988 e pede para que eles discutam entre si e em seguida, apresentarem para os demais colegas da sala o que entenderam e o que cada artigo afirma sobre os direitos indígenas.

ATIVIDADE IV

TEMA: Religiosidade entre os Xukuru-Kariri

OBJETIVO: Levar os alunos a conhecer que os cantos indígenas é a principal marca religiosa desses povos e são excelentes canais de ensino diferenciado para que cada grupo se fortaleça e seja reconhecido pela sociedade exterior. Através do canto é uma forma de buscarem seus direitos, reafirmar sua identidade para viverem com dignidade.

PREVISÃO DE DESENVOLVIMENTO: Duas Aulas de 45 minutos.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Notebook, livro didático, data show, quadro branco, caixa de som, imagens impressas sobre os conteúdos.

METODOLOGIA: Analisar com os alunos a relevância de preservar os costumes indígenas, pois os mesmos fazem parte da nossa história, além de frisar seu papel fundamental na formação de nosso povo para que a comunidade possa colaborar para a construção de uma sociedade pluriétnica e pluricultural.

DINÂMICA UTILIZADA:

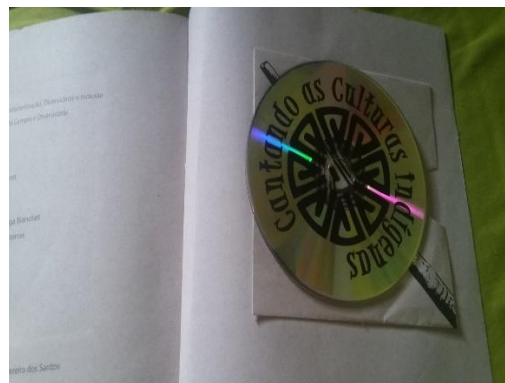
O professor começa a aula, perguntando aos alunos: Qual é a religião dos povos indígenas? Em que eles acreditam? Como é realizado seu ato religioso? Depois de ouvirem suas opiniões, o professor através de tópicos sobre o assunto reproduzido em um data show explica que o que caracteriza a religião dos povos indígenas é o ritual do Toré que significa, TO – som, RE - grito, ou seja, é uma dança que inicia a partir de um som do maracá instrumento feito do fruto do coite, pode levar algumas imagens para verem como são produzidos o maracá e o grito porque depois do maracá temos um grito forte anunciando o início do rito. Os cantos falam de dor, alegria, das matas, rios e da vida dentro da aldeia.

Depois de explicar sobre a religiosidade indígena o professor organiza a turma em círculo e entrega a cada aluno uma folha com cantos indígenas e em seguida pede para cada um ler a letra da música. Ao terminar a leitura a professora coloca o CD com as letras das músicas e todos juntos cantam. Sugestão de músicas através do livro “Cantando as Culturas Indígenas” do autor Thydêwá, no final do livro o mesmo disponibiliza um CD com todas as músicas. Segue abaixo imagens do livro, junto com CD.

Foto: Capa do Livro cantando as culturas indígenas Foto: Final do livro, disponibilizando um CD



Fonte: Acervo da autora, 2020



Fonte: Acervo da autora, 2020

Ao terminar de cantar a docente pede para que cada um escreva, o que mais chamou atenção, o que a música pretende transmitir, o que eles mais gostaram na música e em seguida abri espaço para que apresentem suas conclusões.

ATIVIDADE V

TEMA: As Manifestações Culturais e religiosas entre os Xukuru-Kariri, da Aldeia Mata da Cafurna.

OBJETIVO: Desenvolver atividades dinamizadoras, facilitando melhor o entendimento sobre as manifestações culturais e religiosas do povo Xukuru-Kariri, além disso propiciar aos alunos a conhecerem os vários tipos de Torés que existe na aldeia.

PREVISÃO DE DESENVOLVIMENTO: Duas Aulas de 45 minutos

RECURSOS NECESSÁRIOS: Notebook, folhas de ofício, lápis, quadro branco.

METODOLOGIA: Apresentar aos alunos os vários tipos de Torés existentes na comunidade Xukuru-Kariri, através da teoria e da prática, como forma de conhecer mais fundo sobre a religiosidade indígena e deixar claro na aula que esse rito se tornou uma instituição unificadora e comum dentro das aldeias. Despertando assim o gosto e incentivo pela leitura e escrita e o conhecimento sobre esses povos.

DINÂMICA UTILIZADA:

O professor começa a aula explicando sobre a principal marca identitária dos povos indígenas, caracterizada através da dança do Toré, este ritual considerado laço forte de união do grupo, é o elemento mais importante para esses grupos, um espaço que demarca um ato político, religiosos e cultural.

Explicar esse conteúdo através de slide feitos tópicos e destacar que a aldeia Xukuru-Kariri praticam sete tipos de Torés entre eles são: Toré de Roda, cruzado, chuva, passarinho, buzo, corrente, lança. Expor esses sete tipos no slide e explicar a função de cada um e deixar claro que desses sete tipos quatro tem função cultural, ou seja, podem ser cantados e dançados fora da aldeia para o não índio, recebendo um caráter folclórico, são eles: o Toré de Roda, chuva, passarinho e corrente. Já os Torés de lança, búzio e o cruzado, apenas é cantando no ritual do Ouricuri, onde apenas o índio tem o direito de participação. Esses sete tipos de Torés pode encontrar no livro do organizador: MOREIRA, Ana Cristina de Lima. PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Tiago Barbosa Da. **Mata da Cafurna: Ouvi Memória, Contar**

História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru- Cariri Maceió: Edições Catavento, 2010. 104p.

Depois de explicado sobre o assunto, a professora pede que formem 7 grupos e a mesma entrega um Toré e seus significados a cada grupo e de acordo com o que foi explicado, pede que eles leiam, debatam entre si e retirem os pontos que a música retrata. Ao finalizar o debate a professora abre espaço para que apresentem suas conclusões para todos da turma.

ATIVIDADE VI

TEMA: Instrumentos musicais, aspectos religiosos e Identitários

OBJETIVO: Conscientizar os alunos da importância da preservação das identidades indígenas, evidenciar o artesanato como a principal fonte de renda da comunidade, além de terem um papel fortalecedor na cultura indígena.

PREVISÃO DO DESENVOLVIMENTO: Duas aulas de 45 minutos.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Notebook, data show, palha de coqueiro, fruto do coite, fitas adesivas, lápis de cores e tintas coloridas.

METODOLOGIA: Analisar os principais instrumentos que fazem parte da comunidade Xucuru-Kariri, através da teoria e na prática levar os alunos a entenderem como são feitos e sua importância para a sociedade em que vivemos.

DINÂMICA UTILIZADA:

O professor começa a aula fazendo algumas indagações aos alunos. Vocês conhecem algum artesanato indígena? Vocês sabem quais são os materiais que os índios utilizam para produzirem? Vocês e ou sua família tem em casa algum artesanato da cultura indígena? De acordo com as respostas, o professor explica a importância desses instrumentos para a identidade. Expõe que é através do artesanato que eles tiram o sustento das famílias, além de servir como principais adereços para se realizar o ritual do Toré.

Ainda nesse momento o docente mostrar através de imagens, quais são os principais artesanatos, feitos e utilizados pelos indígenas, temos o maracá, feito do coite, a flauta e o

búzio feito com pedaços de madeiras com formato de um tubo, ao ganhar formato, recebe iluminações de várias cores. Além desses temos a saia de palha, colares, pulseiras, cocás e as pinturas corporais.

Ao explicar sobre a importância do artesanato na vida indígena, o professor pode convidar um índio, para explicar sobre o tema e ajudar os alunos a confeccionarem algum material simples, como é produzido uma saia de palha. Isso irá ajudar os alunos a conhecerem na teoria e na prática a importância de preservar as identidades indígenas.

ATIVIDADE VII

TEMA: Conhecendo o saber local da aldeia indígena Mata da Cafurna.

OBJETIVO: Identificar informações presenciais dentro da aldeia, a partir de um convívio mais próximo, relacionado aos aspectos político, religiosos e cultural, auxiliando no melhor entendimento sobre as identidades indígenas.

PREVISÃO DE DESENVOLVIMENTO: Três aulas de 45 minutos

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Câmera digital, celular, agendas e canetas.

METODOLOGIA: Analisar com os educandos a diversidade sociocultural, religiosos, político e econômico, para facilitar melhor interação entre professor e objeto de estudo. Criando um espaço harmonioso, disciplinar e principalmente o gosto e incentivo em preservar as culturas indígenas, além disso, propiciam aos alunos o gosto pela leitura e escrita.

DINÂMICA UTILIZADA:

O professor realiza uma visita a uma Aldeia indígena, por exemplo a aldeia Mata da Cafurna, que está localizada na Cidade de Palmeira dos Índios/ AL, para os alunos, para conhecerem de perto tudo o que foi debatido em sala de aula, para que os mesmos tirem suas próprias conclusões sobre o assunto. É um momento importante por conhecer de perto sobre as identidades indígenas, seus aspectos políticos, culturais e religiosos. É importante essa pesquisa de campo, pois facilita uma melhor compreensão sobre o assunto e possibilita o aluno ir em busca de suas próprias ideias como afirma Paulo Freire “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro” (1996, p.29).

Depois da visita feita a alguma aldeia, o professor dividi os alunos em grupos e cada grupo fica responsável por explicar o que eles perceberam sobre: A cultura, economia, política, religião e a culinária. Depois abre espaço para explicarem o que entenderam e pode observar na visita a aldeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta sequência didática destinou-se, portanto, a contribuir para uma melhor reflexão sobre a religiosidade dos povos indígenas no ensino fundamental, momento esse em que o jovem começa a estudar sobre a história do nosso país e por isso esse trabalho contribui para ajudar ao professor a desmistificar os estereótipos que a nossa sociedade constrói a cada dia sobre os povos indígenas. Contudo, evidenciou-se no decorrer de estudos sobre essa temática, a necessidade da proximidade entre estes saberes para um melhor desempenho das atividades, propiciando, dessa forma, maior interação no mundo em que vive.

Vale ressaltar que é de grande relevância o professor trabalhar em suas aulas diferentes ferramentas pedagógicas, tais como; projetos, filmes, pesquisas de campo, documentários, dentre outros. Todavia, o docente deve ensinar com “rigorosa metódica”, sem fugir da prática docente construtiva e crítica, formadora de alunos críticos pensantes.

Portanto, este trabalho irá contribuir com as comunidades indígenas, para o fortalecimento na reivindicação de seus direitos e na busca constante por seu espaço na sociedade. Além disso, possui a intenção de fornecer subsídios para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, na medida em que busca promover uma reflexão durante a pesquisa de campo, assim como ao refletir os estudos contidos nos referenciais teóricos e lista de referências, os quais se constituíram em ferramentas valiosas para a compreensão da história, como também o acompanhamento da sua evolução enquanto forma de saber que acompanha as transformações socioculturais que passam as sociedades no decorrer de sua existência.

BIBLIOGRAFIA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

ELIANE, Moura da Silva. Religião, Diversidade e Valores culturais: Conceitos Teóricos e a educação para a Cidadania. Revista de Estudos da Religião., 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa** Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERLIC, Sebastián (Org.) **Índios na visão dos índios: Somos Patrimônio**. Salvador: Thydêwá, 2011.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Toré: regime- encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj, editora Massangana, 2005.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima. PEIXOTO, José Adelson Lopes. SILVA, Tiago Barbosa Da. **Mata da Cafurna: Ouvi Memória, Contar História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru- Cariri** Maceió: Edições Catavento, 2010. 104p.

SILVA, Cristiano Barros Marinho Da. **Índios do Nordeste: Temas e Problemas 5: Vai-te para onde não canta galo, nem boi urra... Diagnóstico, Tratamento e Cura entre os Kariri-Xocó: Organizador Luiz Sávio de Almeida. – Maceió: EDUFAL, 2004. Xxii, 123p.: il.**

SOUZA, Fábio Feltrin de. MORTARI, Claudia (organizadores). Estudos africanos: questões e perspectivas. – Tubarão, SC: Copiart: Erechim, RC: UFFS, 2016. 232p.

SILVA, Anderson Barbosa Da. **Rituais Jiripankó: Um Olhar Sobre o Sagrado dos Índios do Sertão de Alagoas**. 2013. Monografia (Licenciatura Plena em História UNEAL, AL).

<https://www.youtube.com/watch?v=VN7Obkh-n9M>. Data 06/01/2020 as 13: 31.